



**Estratégia Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional**

3º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

**Grupo de Trabalho para a Monitorização da
ENSANP**

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ficha técnica

Título: 3º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO – ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORTUGAL

Edição: GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa

www.gpp.pt

Data de Edição: julho 2025



Índice

Sumário Executivo	5
Indicadores a considerar na monitorização da ENSANP	18
Políticas Complementares com Incidência na Segurança Alimentar e Nutricional	18
Anexos	22
Medida 2.1 Relatório periódico com indicadores relativos às medidas do Eixo 2.....	23
Medida 2.2 Identificar boas práticas na área da saúde e nutrição	39
Medida 2.3 Impactos da estratégia do plástico na cadeia alimentar	41
Medida 3.1 Elaborar relatório periódico com indicadores relativos às medidas do Eixo 3.....	49
Medida 3.2 Identificar sistemas locais de abastecimento e consumo alimentar	68

Abreviaturas

- **Agenda I. (Terra Futura)** - Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030
- **APED** – Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição
- **CCL** - Comprovativo de compra em lota
- **CONSANP** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- **CdBPC** - Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar
- **EIPAS** - Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável
- **ENM** - Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030
- **ENEC** - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
- **ENCDA** - Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar
- **ENSANP** – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- **ESAN-CPLP** - Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- **F2F** – *Farm to Fork*
- **GT ENSANP** - Grupo de Trabalho para a Monitorização da ENSANP
- **OAME** - Oferta Alimentar em Meio Escolar
- **PAC** – Política Agrícola Comum
- **PAEC** - Plano de Ação para a Economia Circular
- **PARCA** - Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar
- **PNPAS** - Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável
- **PESSOAS2030** - Privação Material Direta (Cabazes) e Privação Material Indireta (Cartão Social eletrónico)

Sumário Executivo



Após a aprovação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSANP) pela Resolução n.º 132/2021, de 13 de setembro, a área da segurança alimentar e da segurança dos alimentos registou avanços significativos, com repercussões globais. Estes desenvolvimentos foram impulsionados não só pela intensificação de conflitos e tensões em territórios de elevada importância geoestratégica — como a guerra na Ucrânia, um dos principais produtores mundiais de cereais —, ou a inaceitável utilização da fome como arma de guerra, que se tem a vulgarizar.

Destaca-se também comunicações estratégicas como a da Comissão Europeia, divulgada em fevereiro último, intitulada "*Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar*". Aquele documento sublinha a necessidade de reforçar a *segurança, proteção e soberania alimentar dos Estados Membros e dos cidadãos europeus*, apelando à construção de um setor agrícola competitivo e resiliente.

Em linha com esta visão, destaca-se também a iniciativa lançada em Portugal em março de 2025, relacionada com a Estratégia de Preparação Civil. Esta estratégia estabelece como objetivos centrais: (1) A constituição de reservas estratégicas de bens essenciais (como cereais) e equipamentos; (2) A criação de kits mínimos de subsistência, preparados para emergências de, pelo menos, 72 horas (ex: apagões, catástrofes naturais, crises energéticas); (3) O reforço da cooperação civil-militar; (4) O aumento da cooperação público-privada, mediante protocolos que garantam o acesso rápido a bens e serviços considerados críticos.

Estas medidas refletem um esforço coordenado para assegurar a resiliência das populações perante eventos imprevisíveis, reforçando a capacidade de resposta e a autonomia estratégica da Europa no setor alimentar.

Nesta terceira monitorização anual da ENSANP, apresentam-se os dados referentes ao ano de 2024¹. Contudo, a falta de informação relativa a alguns indicadores, bem como a dificuldade em estabelecer métricas em determinados aspetos, limita a profundidade da análise. Tal constrangimento decorre, por um lado, da ausência de séries temporais suficientemente longas e, por outro, da natureza específica de certos dados.

Adicionalmente, importa destacar o impacto significativo que os desenvolvimentos supramencionados têm tido no consumo e no poder de compra das famílias, particularmente no setor agroalimentar. Perante este contexto, o Grupo de Trabalho considera essencial que se equacione a integração futura, na ENSANP, de novos instrumentos de políticas públicas, bem como a inclusão de indicadores que reflitam, com maior precisão, estas dinâmicas e a sua relevância.

Destacam-se, contudo, os seguintes aspetos:

(1) No período abrangido pelo presente relatório, importa destacar dois fatores determinantes que influenciaram os resultados de diversos indicadores e que, por conseguinte, devem ser considerados na sua interpretação:

- Concentração dos pagamentos PEPAC em 2024, relativos aos anos de 2023 e 2024, o que poderá distorcer a leitura dos dados anuais;
- Robustez do mercado de trabalho, aliada ao abrandamento da inflação e ao crescimento dos salários, pensões e transferências sociais, que contribuíram positivamente para o aumento do rendimento disponível das famílias. Não obstante, a inflação revelou-se heterogénea entre os diferentes bens e serviços, com destaque para aumentos mais acentuados nos seguintes setores: Habitação: +7,0% nas rendas; +5,9% na água e outros serviços; +6,5% na eletricidade e gás; Comunicações: +5,9%; Saúde: +3,6%; Transportes: +1,3%; Educação: +3,7%.

¹ Para alguns indicadores, são disponibilizados dados relativos a períodos anteriores, uma vez que a recolha de informação, e a sua periodicidade, nem sempre se encontram harmonizadas com o ano civil ou com a obrigatoriedade de reporte anual.

Estes aumentos tiveram um impacto relevante no orçamento das famílias, especialmente nas mais vulneráveis, atenuando o efeito positivo do crescimento dos rendimentos.

(2) Registrou-se uma evolução positiva de alguns indicadores, nomeadamente:

- Um aumento da remuneração média do trabalho agrícola familiar relativamente aos salários médios da economia, representando, em 2024, 107,5% dos valores médios da economia (dados provisórios);
- Um aumento de 12,3% do rendimento médio do trabalho agrícola (familiar e assalariado) em 2024;
- Uma diminuição em 2023, relativamente a 2022, da taxa de risco de pobreza, atingindo os 16,6% após transferências sociais (sem as quais a taxa atingiria os 40,3%);
- Um decréscimo da taxa de insegurança alimentar moderada a grave, na ordem dos 0,7 pontos percentuais, para 4,1%;
- Uma diminuição de 14,8% da média do teor de sal em alguns dos principais grupos de alimentos fornecedores de sal;
- Uma diminuição de 20,8% na média global do teor de açúcar nos principais grupos de alimentos fornecedores de açúcar.

(3) Em sentido contrário, registou-se uma evolução negativa de alguns indicadores, nomeadamente:

- Um agravamento de 315,1 milhões de euros face ao ano anterior, no défice da balança comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas) em 2023;

(4) O desperdício alimentar em Portugal continua a apresentar níveis elevados, conforme evidenciado pelos dados referentes a 2022. Esta realidade reforça a urgência de uma abordagem mais integrada e transversal que promova a prevenção e a redução efetiva do desperdício, com especial foco no comportamento dos consumidores.

Os dados provisórios publicados recentemente pelo INE, relativos a 2023, revelam um ligeiro decréscimo no valor médio do desperdício alimentar por habitante — passando de 184 kg/habitante/ano em 2022 para 182,7 kg/habitante/ano em 2023. Embora esta variação seja modesta, representa um sinal positivo que deve ser consolidado por políticas públicas mais eficazes e ações concertadas no setor alimentar e na sociedade em geral.

Da análise dos indicadores constantes neste relatório, conclui-se que não é possível afirmar que o estado da segurança alimentar e nutricional nacional tenha registado melhorias significativas.

Ainda que se observem evoluções positivas em certos indicadores associados à capacidade aquisitiva das famílias e dos trabalhadores agrícolas, estas melhorias devem ser interpretadas com cautela. Em primeiro lugar, estão intrinsecamente ligadas aos fatores previamente identificados neste relatório. Em segundo, evidenciam uma dependência excessiva de variáveis externas, como a evolução da inflação e a aplicação de transferências diretas, mecanismos que permanecem vulneráveis a pressões e condicionamentos de natureza maioritariamente exógena.

Indicadores relevantes para sustentar uma conclusão informada, os quais apresentavam tendências negativas em relatórios anteriores, não puderam ser aferidos nesta análise. Em particular, destaca-se a falta de dados sobre a adesão à dieta mediterrânica e a prevalência de excesso de peso e obesidade infantil.

A ausência de informação atualizada compromete a capacidade de monitorizar a evolução destes indicadores, cuja importância no contexto da segurança alimentar e nutricional é indiscutível. Torna-

se, por isso, urgente desenvolver mecanismos que permitam a sua avaliação de forma mais regular e fiável.

Adicionalmente, verifica-se uma lacuna na monitorização da adesão aos refeitórios escolares, em virtude da transferência da respetiva gestão para o poder local, o que tem dificultado a recolha e consolidação dos dados associados a este indicador.

No que diz respeito ao desperdício alimentar, a evolução pouco favorável deste indicador, sem registo de progressos significativos, evidencia a necessidade urgente de revisão da Estratégia Nacional e do Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar, atualmente em processo de reformulação.

Recomenda-se uma intervenção mais robusta, sustentada em linhas de ação integradas centradas no consumidor, que reforcem a promoção da literacia alimentar, fomentando escolhas conscientes e sustentáveis e a sensibilização ao longo de toda a cadeia agroalimentar, desde a produção até ao consumo final. Adicionalmente, torna-se essencial potenciar os incentivos à doação de excedentes alimentares, combatendo o desperdício e promovendo a solidariedade social e dar continuidade aos esforços de monitorização, investindo na melhoria contínua da metodologia de medição do desperdício alimentar, para assegurar dados mais fiáveis e representativos.

A cadeia agroalimentar apresenta-se, atualmente, como uma estrutura mais complexa e, em muitos casos, mais extensa. No segmento da produção primária, verifica-se uma elevada atomização de agentes, o que contrasta com a crescente concentração de operadores no setor da distribuição alimentar. Esta assimetria contribui para uma fragilidade estrutural da produção primária, particularmente no processo de formação de preços.

Neste contexto, torna-se fundamental não só assegurar a monitorização contínua da cadeia agroalimentar, como também promover mecanismos capazes de contrariar esta tendência. Uma das vias recomendadas é o fortalecimento das cadeias curtas de abastecimento, com o apoio de programas de contratação pública, à imagem dos Projetos AproximaR, que têm demonstrado potencial na valorização dos produtos locais, na aproximação entre produtores e consumidores e na construção de modelos mais justos e sustentáveis.

Enquadramento

A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSANP) foi aprovada em 2021, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2021, de 13 de setembro. Com a sua criação, Portugal responde aos compromissos assumidos tanto no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, como no contexto da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (ESAN-CPLP), contribuindo igualmente para uma transição para sistemas alimentares e nutricionais resilientes, inclusivos e sustentáveis.

A monitorização da ENSANP tem como objetivo avaliar a contribuição dos diferentes instrumentos de política identificados (Figura 1), para garantir um sistema alimentar sustentável e saudável, identificando situações nas quais a segurança alimentar e nutricional pode estar comprometida, em particular nos grupos mais vulneráveis, e evitando sobreposição de medidas/intervenções dos referidos instrumentos de política ao nível das várias áreas governativas.

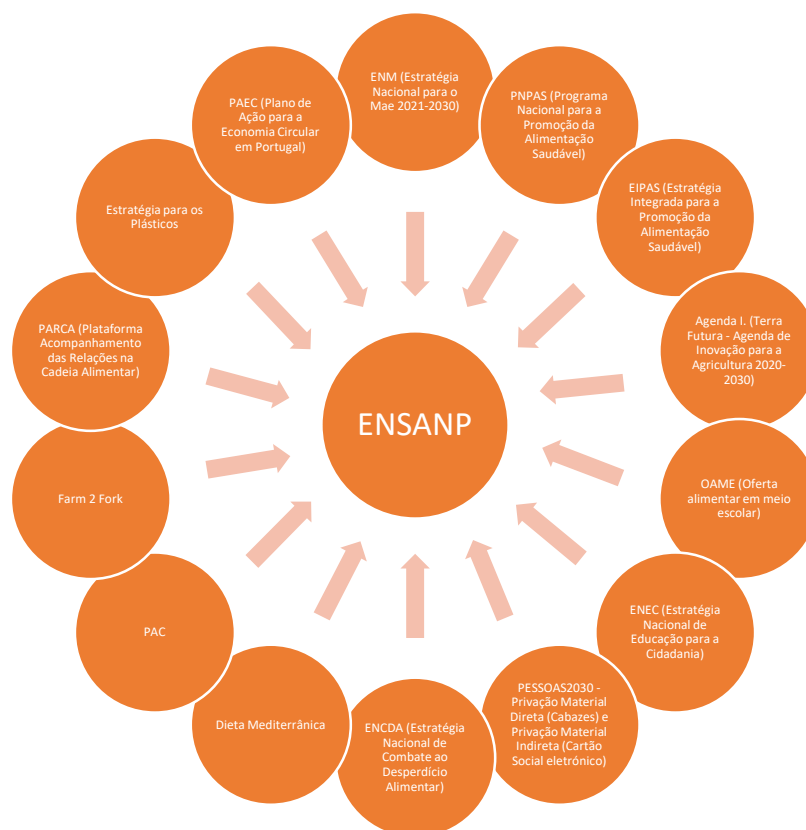


Figura 1 - Políticas e estratégias identificadas na ENSANP

De forma a garantir o adequado acompanhamento e monitorização periódica da ENSANP, foi determinada a criação de um Grupo de Trabalho para a Monitorização da ENSANP (GT ENSANP), através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 145/2021, de 3 de novembro, com a missão primordial de avaliar de que forma os diferentes instrumentos de política identificados estão a contribuir para garantir um sistema alimentar sustentável e saudável, devendo, para o efeito, apresentar relatórios de base anual, com possibilidade de proposta de recomendações.

O GT ENSANP é composto por representantes das seguintes entidades: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP); Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE); Direção-Geral da Educação (DGE); Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.); Direção-Geral da Saúde (DGS); Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA); Direção-Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV); Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR); Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM); Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA); Docapesca, Portos e Lotas, S. A. (Docapesca).



Monitorização

Monitorização da ENSANP

Para o relatório referente ao ano de 2024, foi atualizada a informação relativa aos indicadores cuja recolha de informação tem uma periodicidade anual. Para os restantes indicadores, por ausência de dados mais atualizados, foi mantida a informação apresentada no relatório referente ao ano de 2023.

De acordo com o Despacho n.º 6927-A/2023, de 28 de junho, o programa Pessoas 2030 assumiu as competências, os direitos e as obrigações das autoridades de gestão do POAPMC, com efeitos a partir de 1 de julho de 2023, tendo, por esse motivo, sido atualizado no presente relatório.

Através do contributo da APA, foi mantida a informação apresentada no relatório de 2023 relativamente ao indicador “% de orientações da “Ação 4 – Alimentar sem sobrar” do PAEC 2017-2020 concretizadas”, uma vez que o mesmo se reporta a um Plano já concluído. No âmbito da implementação do novo PAEC 2030, que aguarda publicação, poderá ser ponderada a integração de novos indicadores no contexto das respetivas ações que relevam para o âmbito da ENSANP.

Foram ainda assim, introduzidos os seguintes três novos indicadores no âmbito da estratégia PAEC, da responsabilidade da APA, relacionados com os resíduos de embalagens, conforme possibilidade avançada no Relatório do ano anterior, com vista a contribuir para melhor caracterizar os instrumentos de política que concorrem para a implementação da ENSANP: resíduos de embalagens gerados por material; geração de resíduos de embalagem per capita; e taxa de reciclagem de embalagens.

Destacam-se, pela sua evolução positiva, alguns indicadores, nomeadamente:

- A taxa de risco de pobreza, ou seja, a proporção da população residente cujo rendimento equivalente disponível se encontra abaixo da linha de pobreza (7 588 euros, cerca de 632 euros/mês), assumiu 16.6% em 2023, diminuindo face aos 17% em 2022. De notar que ao excluir as pensões de velhice e de sobrevivência (e outras transferências sociais) dos rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, 40,3% da população encontrava-se em risco de pobreza em 2023.

- A taxa de prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa da população residente igualou os 4,1% verificados em 2022, representando uma diminuição de 0,7 pontos percentuais relativamente a 2023 (o segundo valor mais baixo desde 2019, ano de início de registo deste indicador)²;

No âmbito do PESSOAS2030 – Privação Material Direta (Cabazes) e Privação Material Indireta (Cartão Social eletrónico):

- O N.º de pessoas abrangidas pela Privação Material Direta (Cabazes) foi de 97 248 em 2024, verificando-se uma diminuição face às 155 874 pessoas abrangidas pelo Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) em 2023;

- O N.º de destinatários que beneficiam das medidas de acompanhamento do PESSOAS2030, "prevenção do desperdício"; "seleção de géneros alimentares" e "otimização da gestão do orçamento familiar" aumentou, registando-se um total de 53 509.

- O rendimento médio do trabalho agrícola (familiar e assalariado) comparado com a economia, medido através do rácio entre a remuneração média do trabalho agrícola e os custos do trabalho na

² Instituto Nacional de Estatística (INE). Taxa de prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa (%) da população residente; Anual. Portal do INE. 2024. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011826&contexto=bd&selTab=tab2

indústria, comércio e serviços, revelou um aumento de 13,3% em valor, em 2024, aproximando-se do rendimento médio dos restantes setores da economia (de 51,0% em 2023 para 57,2% em 2024). Deste modo, a remuneração média do conjunto do trabalho agrícola tem vindo a evoluir positivamente desde 2011 (7,8% ao ano entre 2011 e 2023). E, no último ano (2024), o crescimento foi ainda mais acentuado (20,2%), devido à concentração no ano 2024 dos pagamentos PEPAC com referência a 2023 e a 2024;

- O consumo de fruta diariamente aumentou de 63,1%, em 2019, para 71,2% em 2022 e a percentagem de crianças que apresenta um consumo diário de hortícolas aumentou de 57,3% para 69,0%, entre 2019 e 2022;

- Verificou-se uma descida da média do teor de sal nos principais grupos de alimentos fornecedores de sal de 1,14g em 2018 para 0,97g em 2023. E também uma redução global de cerca de 14,8% na média ponderada global do teor de sal nos produtos abrangidos nos compromissos para a reformulação dos produtos alimentares. As categorias batatas fritas e aperitivos, cereais de pequeno-almoço e pizzas atingiram a meta de redução do teor de sal definida para o ano de 2022, tendo sido verificada uma redução superior à estabelecida no acordo.

- A média do teor de açúcar nos principais grupos de alimentos fornecedores de açúcar, também desceu de 7,46g em 2018, para 5,91g em 2023. Ocorreu igualmente uma redução global de cerca de 20,8% na média ponderada global do teor de açúcar nos produtos abrangidos nos compromissos para a reformulação dos produtos alimentares. Três das categorias abrangidas neste acordo (refrigerantes, leite achocolatado e iogurtes) já atingiram a meta de redução do teor de açúcar definida para o ano de 2022³ no prazo definido, e as categorias cereais de pequeno-almoço e leite fermentado atingiram essas metas em 2023. A categoria dos néctares, até 2024, não tinha atingido a meta de redução de 7% definida para 2023.

- No ano letivo 2022/23, 541 696 crianças participaram no Regime Escolar com distribuição de leite e produtos lácteos e com distribuição de fruta e produtos hortícolas, face às 391 426 crianças no ano letivo anterior.

Contudo, em sentido contrário, registou-se um agravamento dos resultados de alguns indicadores:

- Os dados relativos ao ano de 2022 mostram um aumento de 2,2 pontos percentuais na prevalência de excesso de peso infantil face a 2019 (29,7% em 2019 para 31,9% em 2022) contrariamente à tendência ligeiramente invertida que se vinha a verificar entre 2008 e 2019.

- No período em análise no presente relatório, a robustez do mercado de trabalho, o abrandamento da inflação e o crescimento dos salários, pensões e transferências sociais têm contribuído positivamente para o rendimento disponível das famílias. Contudo, a evolução da inflação não foi similar em todos os bens e serviços, tendo-se verificado um maior crescimento dos preços⁴ na habitação (+7,0% rendas; +5,9% água e outros serviços; +6,5% eletricidade e gás), nas comunicações (+5,9%), na saúde (+3,6%), nos transportes (+1,3%) e na educação (+3,7%) com impacto no

³ Ministério da Saúde, Direção Geral da Saúde. *Redução do Teor de Sal e Açúcar nos Alimentos I Relatório do Progresso de Reformulação dos Produtos Alimentares em Portugal 2018-2021*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde; 2022.

⁴ IPC (INE)

rendimento, designadamente das famílias mais vulneráveis⁵. Acrescem outros indicadores que apontam para um futuro incerto da economia portuguesa, nomeadamente a desaceleração do crescimento do PIB português em 2024, acompanhando o arrefecimento de algumas economias da zona euro, e o clima de incerteza económica associado às recentes transformações na geopolítica mundial.

- Em 2023, o défice da balança comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas) atingiu 5 512,7 milhões de euros, o que representa um agravamento de 315,1 milhões de euros face ao ano anterior.

Ao nível do desenvolvimento da aquicultura sustentável, regista-se uma evolução positiva ao longo dos últimos anos, com a produção aquícola nacional a aumentar de 9 561 toneladas, em 2015, para 20 872 toneladas em 2023, representando um valor de 205,9 milhões de euros (159,8 milhões de euros em 2022), ou seja, um acréscimo de 28,9%. Destaca-se ainda que a produção de espécies piscícolas em 2021, com uma representação de 58,5% da produção total, mantém uma tendência de crescimento face aos anos anteriores. A aquicultura nacional apresenta um forte potencial de crescimento nos próximos anos. Perspetivando-se, como objetivo quantificado para o horizonte temporal 2021-2030, conforme o disposto na Agenda 3 da Estratégia de Portugal 2030, alcançar, atingir ou mesmo superar, durante este período de programação, uma produção de 25 000 toneladas.

Relativamente ao nível anual total do desperdício alimentar em Portugal, os dados de 2023, publicados em junho de 2025, ainda que provisórios, traduzem uma ligeira redução em cerca de 0,7 % face ao ano de 2022, tendo sido desperdiçadas cerca de 1,93 milhões de toneladas de produtos. Em 2023, o desperdício alimentar anual por habitante registou uma ligeira redução para 182,7 kg/habitante, face aos 184,0 kg/habitante observados em 2022, invertendo a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores. Entre 2022 e 2023, a distribuição percentual do desperdício alimentar pelos elos da cadeia manteve-se relativamente estável, com ligeiras variações. O peso das famílias continuou a ser o mais expressivo, embora tenha diminuído ligeiramente de 68% para 67%. A produção primária aumentou de 6% para 7%, refletindo um crescimento também em termos absolutos. A restauração, hotelaria e similares subiu de 11% para 12%, enquanto a indústria alimentar manteve-se estável nos 3%. O comércio e distribuição alimentar permaneceu igualmente constante nos 12%.

No que respeita à medida 3.2, foram identificadas 8 novas iniciativas relacionadas com os sistemas locais de abastecimento e consumo alimentar. Dessas iniciativas destacam-se os Projetos de restauração coletiva ApromixaR, responsáveis pelo apoio à criação e dinamização de Circuitos Curtos Agroalimentares, com o objetivo de abastecer refeitórios sob gestão direta do poder local, com produtos agrícolas locais. Estes projetos visam promover a economia local e o aumento do rendimento dos produtores, a sustentabilidade ambiental, práticas de redução do desperdício alimentar, a qualidade da alimentação escolar e a educação alimentar e ambiental da população e comunidades escolares.

⁵ Segundo o último relatório da Caritas, é de salientar “menores progressos na luta contra a pobreza no período recente” (2019-2024) face ao período anterior (2015-2019), ou até mesmo um “retrocesso” com o crescimento do número de pessoas sem capacidade para ter uma alimentação adequada (+29 mil entre 2019 e 2024) e de pessoas sem-abrigo (+6 mil entre 2019 e 2023).

Quadro 1 - Indicadores relativos à medida 2.1. do Eixo 2 - Grupos Vulneráveis, Saúde e Nutrição

Entidades envolvidas	Política/Estratégia	Indicadores	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Evolução	
GPP	PAC	Rendimento médio do trabalho agrícola (familiar e assalariado) / rendimento médio restantes setores economia					45,8%	51%	57,2%		
		Taxa de risco de pobreza				16,40%	17,0%	20,1%	19,7%		
IPMA, DOCAPECA, DGRM	ENM	N.º anual de campanhas e de ações de sensibilização, internacionalização do setor e de promoção sobre o consumo de pescado				51	58	160	51		
		N.º anual de campanhas de Valorização do Pescado				4	9	3	5		
		N.º anual de aderentes ao Comprovativo de Compra em Lota (CCL)				524	562	580	591		
DGADR	Terra Futura	Índice de Adesão à Dieta Mediterrânica		1,142	1,157						
DGS	PNPAS	Taxa de insegurança alimentar a nível nacional					4,10%	4,80%	4,10%		
		Prevalência de excesso de peso e obesidade infantil		29,70%		31,90%					
		População nacional que consome pelo menos 400g de fruta diariamente (%)		63,10%			71,20%				
		População nacional que consome pelo menos 400g de hortícolas diariamente (%)		57,30%				69,00%			
	EIPAS	Média do teor de sal nos principais grupos de alimentos fornecedores de sal	1,14			1,01		0,97			
		Média do teor de açúcar nos principais grupos de alimentos fornecedores de açúcar	7,46			6,36		5,91			
DGE	OAME	Monitorizar a adesão ao Regime Escolar (nº de crianças)					391 426	541 696			
ISS	PO APMC	Nº de destinatários que beneficiam das medidas de acompanhamento do PO APMC/PESSOAS2030, "prevenção do desperdício"; "seleção de géneros alimentares" e "Otimização da gestão do orçamento familiar"			21 091	30 787	40 970	15 234	53 509		
	PESSOAS20230 - A partir de 2024	Nº de pessoas abrangidas pelo Programa de Ajuda Alimentar/Número de Pessoas abrangidas pela Privação Material Direta (Cabazes) e Privação Material Indireta (Cartão Social eletrónico)			136 290	158 031	150 338	155 874	97 248		

Quadro 2 - Indicadores relativos à medida 3.1 do Eixo 3 – Bom funcionamento da Cadeia Alimentar

Entidades envolvidas	Política/Estratégia	Indicadores	2020	2021	2022	2023	2024	Evolução
GPP	PAC	Grau de organização da produção em OPs: Carne de Bovino Produção organizada/produção nacional (%)	4%	4%	5%	3%		
		Grau de organização da produção em OPs: Carne de Suíno Produção organizada/produção nacional (%)	29%	29%	29%	32%		
		Grau de organização da produção em OPs: Carne de Ovino e Caprino Produção organizada/produção nacional (%)	0,63%	0,49%	0,46%			
		Grau de organização da produção em OPs: Cereais, Oleaginosas e Proteaginosas, inc. Milho Produção organizada/produção nacional (%)	30%	29%	29%	35%		
		Grau de organização da produção em OPs: Frutas e produtos hortícolas Produção organizada/produção nacional (%)	19%	17%	21%	21%		
		Grau de organização da produção em OPs: Leite e produtos lácteos de vaca Produção organizada/produção nacional (%)	39%	40%	41%	43%		
DGRM	ENM	Evolução da produção aquícola nacional (%)	19%	5%	5%	11%		
		Produção aquícola em RAS relativamente à produção aquícola nacional (%)	21%	22%	17%	19%		
GPP	ENCDA	Desperdício alimentar (Kg)	1 812 307	1 874 832	1926484	1932893		
		Nº selos atribuídos no âmbito da Medida 6 do PACDA da Estratégia Nacional "Identificar BP de Combate ao desperdício Alimentar"		25	45		30	
		Produtos em risco de desperdício vendidos em lojas com protocolo APED (ton)	12 000	24 427	26 000	27 000		
APA	PAEC	Nº de ações regulamentares		3	6	6	7	
		Resíduos de Embalagens Produzidos (x mil toneladas)(total)	1794,40	1829,20	1962,50	1944,00		
		Geração de Embalagens Produzidos per capita (kg)	172,60	175,50	186,60	182,7		
		Taxa de Reciclagem de Embalagens	59,80%	63,10%	61,10%	61,80%		
GPP/DGAE	PARCA	Nº reuniões PARCA/ano		2	2	3	1	



Propostas

Indicadores a considerar na monitorização da ENSANP

Perspetivando o alinhamento das políticas e dos eixos estratégicos com as atuais preocupações em matéria de segurança alimentar e nutricional, e tendo em conta o contexto geopolítico e económico atual, marcado por riscos crescentes para a resiliência das cadeias de abastecimento e para a soberania alimentar da União Europeia, o Grupo de Trabalho ENSANP considera que a Estratégia Nacional pode ainda evoluir no sentido de uma abordagem mais abrangente e integrada.

Em conformidade com os objetivos e com a visão da Comissão Europeia para o setor agrícola, entende-se que a ENSANP poderá reforçar o seu impacto e coerência analítica através da integração de novos indicadores e áreas temáticas complementares, que contribuam para aprofundar a compreensão da segurança alimentar em Portugal e reforcem a capacidade de resposta estratégica, nomeadamente:

✓ Matéria orgânica do solo na terra arável;
✓ % SAU em risco severo de erosão hídrica;
✓ Diversidade das culturas nas explorações agrícolas;
✓ % SAU no território por localização geográfica;
PAC (Política Agrícola Comum)

✓ Evolução de preços dos diferentes produtos disponíveis no Observatório de Preços Agroalimentar na fase de produção e consumo (variações e preço médio);
PARCA (Plataforma Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar)

Políticas Complementares com Incidência na Segurança Alimentar e Nutricional

Para além da recolha dos indicadores previstos, o exercício de monitorização da ENSANP integrou também informação adicional sobre mecanismos e instrumentos implementados em Portugal, durante o ano de 2024, destinados a responder a potenciais ameaças, cenários de crise e riscos emergentes no domínio da segurança alimentar e nutricional. Esta informação agrega aspetos relevantes que importa destacar, nomeadamente:

- Estratégia nacional para a gestão da água: Água que Une

Em Portugal, a crescente frequência de secas, agravada pelas alterações climáticas, aumenta o risco e a vulnerabilidade hídrica, gerando impactos económicos, sociais e ambientais significativos. É fundamental gerir a água enquanto recurso estratégico para garantir a preservação dos ecossistemas, a disponibilidade para consumo urbano, o desenvolvimento do território através das atividades económicas e a segurança alimentar.

A “Água que Une” identifica orientações estratégicas, mas também cerca de 300 medidas e projetos, bem como 9 programas estruturantes, considerando as necessidades das diversas regiões do país.

- Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável – Horizonte 2025 (PABS)

O Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável – Horizonte 2025 (PABS) pretende acelerar a transição da economia portuguesa para um modelo de bioeconomia sustentável e circular, estando assente na preservação e utilização mais eficiente dos recursos biológicos, que permita fazer face aos desafios atuais, globais e locais, designadamente a segurança alimentar e nutricional.

O PABS está ancorado em seis princípios orientadores, entre os quais "Garantir a segurança alimentar e nutricional", e em cinco Eixos de Intervenção que enquadram um conjunto de 37 medidas, incluindo medidas para incentivar a produção sustentável e a utilização inteligente de recursos biológicos de base regional, para promover a investigação e a inovação, para sensibilizar a sociedade para a importância desta transição e para produzir conhecimento e reconhecimento nesta área.

- Estratégia +Cereais: Aumento da Produção Sustentável de Cereais em Portugal

Face ao contexto internacional, o aumento generalizado dos preços dos custos de produção, agravado pelo aumento das tensões geopolíticas, veio introduzir maior incerteza e vulnerabilidade no mercado mundial, em particular de cereais. Esta situação é particularmente preocupante para Portugal, enquanto país deficitário em cereais com um dos menores graus de autoaprovisionamento da União Europeia (UE).

A nova Estratégia +CEREAIS visa dar continuidade à ambição do aumento do autoaprovisionamento dos cereais em Portugal e, assim, contribuir para a autonomia alimentar no âmbito de uma estratégia de soberania de longo prazo. São definidas oito medidas prioritárias, de implementação urgente, e nove medidas estratégicas, para um reforço da competitividade do setor cerealífero nacional, a curto/médio prazo.

- Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP) 2021-2030

Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro, que apresenta como eixos estratégicos a) Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias; b) Promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza; c) Potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza; d) Reforçar as políticas públicas de inclusão social, promover e melhorar a integração societal e a proteção sociais de pessoas e grupos mais desfavorecidos; e) Assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local, e f) Fazer do combate à pobreza um desígnio nacional, e cujo Plano de Ação 2022-2025 foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2023, de 17 de outubro, contendo mais de 270 medidas a implementar nesse horizonte temporal.

- Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030

Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023, de 17 de janeiro, cujas medidas se dividem por 12 objetivos estratégicos: 1) Promover a integração no mercado de trabalho e valorizar salários; 2) Aumentar a qualificação/competências dos adultos, em especial dos que integrem famílias com crianças; 3) Reforçar a proteção social das crianças e jovens e suas famílias; 4) Promover uma ação social próxima e integrada junto das famílias com crianças e jovens; 5) Garantir o acesso a respostas de primeira infância de qualidade; 6) Garantir o acesso a uma resposta educativa e a atividades em contexto escolar de qualidade; 7) Reforçar o acesso a cuidados de saúde, promoção da saúde,

prevenção da doença e cuidados especializados de qualidade; 8) Promover o acesso a uma alimentação saudável; 9) Promover o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade, com crianças e jovens a uma habitação digna; 10) Prevenir a institucionalização e promover a desinstitucionalização de crianças e jovens em perigo; 11) Garantir uma efetiva igualdade no acesso das crianças e jovens oriundos da imigração ou de minorias étnicas, em especial da comunidade portuguesa cigana, aos serviços essenciais; 12) Promover a igualdade e a não discriminação.

Conclusão

A área da Segurança Alimentar tem registado desenvolvimentos assinaláveis, pressionada por múltiplos fatores, entre os quais se destacam as tensões geopolíticas em zonas de elevado valor estratégico agroalimentar — como a guerra na Ucrânia ou os recentes ataques a navios comerciais no Golfo de Áden —, os efeitos inflacionários herdados de crises anteriores, e os impactos crescentes de fenómenos meteorológicos extremos. Estes elementos têm gerado repercussões significativas no consumo e na capacidade aquisitiva das famílias, com especial incidência no domínio agroalimentar.

Neste enquadramento, sublinha-se o debate que tem vindo a ocorrer no seio da União Europeia em torno da Autonomia Estratégica Aberta, expressa nos objetivos e na visão definida para a agricultura e alimentação até 2040. Esta abordagem visa reduzir a dependência de países terceiros na provisão de bens essenciais e matérias-primas (como fertilizantes, rações e energia), e prevenir ruturas nas cadeias de abastecimento que possam comprometer o crescimento económico e o bem-estar da população europeia. A urgência na implementação das recomendações desta estratégia tem sido corroborada por acontecimentos recentes, como a nova postura tarifária da administração norte-americana ou a persistente dependência energética face à Rússia. Estes riscos revelam a necessidade de diversificação das cadeias de abastecimento, promovendo a abertura a novos mercados como instrumento de resiliência económica e alimentar.

Neste contexto, destaca-se a Estratégia Alimentar Espanhola, objeto de análise na 2.^a Reunião do Grupo de Trabalho para Monitorização da ENSANP. Apresentada em fevereiro de 2025, esta estratégia propõe-se reunir múltiplas iniciativas temáticas, programas e estratégias num plano de ação integrado, capaz de orientar o posicionamento governamental espanhol face aos desafios alimentares futuros. O objetivo central passa por preparar e orientar o sistema agroalimentar espanhol em conformidade com os objetivos traçados pela UE para 2040, antecipando igualmente o próximo quadro financeiro plurianual (2028-2034). A sua elaboração envolveu uma ampla participação de partes interessadas, adotando uma metodologia participativa semelhante à utilizada na Agenda Terra Futura e no Plano de Intervenção para a Floresta 2025–2050.

Como conclusão geral desta terceira monitorização, o Grupo de Trabalho ENSANP reforça a necessidade de aprofundar ou reformular a estratégia nacional de segurança alimentar e

nutricional, inspirando-se nos modelos supracitados e adotando uma abordagem mais integrada e abrangente. Propõe-se, assim, a integração de um conjunto adicional de indicadores estratégicos, capazes de captar com maior precisão as tendências atuais e emergentes nesta matéria, em resposta tanto aos recentes desenvolvimentos geopolíticos e alterações no contexto global, como às transformações nos instrumentos de política pública a nível nacional e europeu.

Anexos



Medida 2.1 Relatório periódico com indicadores relativos às medidas do Eixo 2

PAC	Manutenção da atividade produtiva em todas as regiões, assegurando a resiliência agrícola, a ocupação e a vitalidade das zonas rurais
Indicadores	
1. Evolução do rendimento da atividade agrícola em comparação com o rendimento global da economia	
<p>A comparação da remuneração média da agricultura com a remuneração média da economia pode ser calculada/estimada a partir da metodologia desenvolvida/definida pela Comissão Europeia (indicador comum de contexto/impacto da Política Agrícola Comum - PAC) para análise do grau de convergência do rendimento da agricultura com a economia, ou seja, perceber até que ponto a remuneração do trabalho no setor agrícola está a aproximar-se (ou a distanciar-se) da remuneração do trabalho nos restantes setores da economia. As variáveis utilizadas para o cálculo deste(s) indicador(es) são:</p> <ul style="list-style-type: none">• Agricultura: rendimento empresarial líquido (REL), que corresponde à parte do rendimento gerado pela atividade agrícola que é utilizado para remunerar o trabalho agrícola familiar e também a terra e o capital próprio, medido por unidade de trabalho ano (UTA) familiar; Remuneração dos assalariados (Rem) por UTA assalariada; Remuneração do trabalho agrícola (REL+ Rem) por UTA total• Economia: Salários médios da economia; custos do trabalho na indústria, comércio e serviços <p>De notar que a metodologia de cálculo do indicador alterou-se entre os dois últimos períodos de programação da PAC. No período 2014-2022 (1º ind.)⁶ compara-se a remuneração média do trabalho agrícola familiar⁷ com os salários médios da economia (em termos reais). E no período de 2023-2027 (2º ind.)⁸ compara-se a remuneração média do conjunto do trabalho agrícola com os custos de trabalho dos setores da indústria, comércio e serviços (em termos nominiais).</p> <p>Ou seja, as diferenças entre o primeiro e segundo indicador decorrem de:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Remuneração média do trabalho agrícola familiar (1º ind.) versus remuneração média do conjunto do trabalho agrícola (2º ind.): note-se que o segundo indicador não inclui apenas a remuneração do trabalho agrícola familiar mas também a remuneração do trabalho agrícola não-familiar (ou seja, dos assalariados agrícolas).2) Salários médios da economia (1º ind.) versus custos do trabalho na indústria, comércio e serviços (2º ind.): saliente-se que os custos do trabalho incluem não apenas os custos salariais (1º ind.) mas também, segundo a definição do INE, outros custos tais como “Indemnização por despedimento”, “Encargos legais a cargo da entidade patronal” (e.g. contribuição patronal para a Segurança Social) e “Encargos convencionais, contratuais e facultativos”.3) Análise em termos reais (1º ind.) ou análise em termos nominiais (2º ind.)	

⁶ Indicador C.26: https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-01/context-indicator-fiches_en.pdf

⁷ Note-se que este rendimento não corresponde necessariamente ao rendimento disponível das famílias que se dedicam à agricultura, uma vez que o rendimento do agricultor pode advir de outras fontes (plurirrendimento), nomeadamente de atividades não-agrícolas, de pensões, reformas, etc.

⁸ Indicador C.26: https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2023-02/pmef-context-impact-indicators_en.pdf

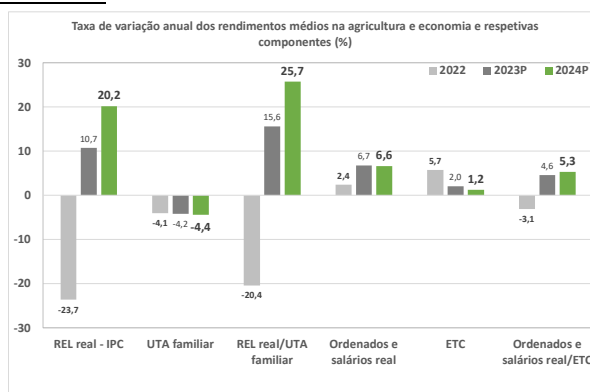
De notar que a nova série das Contas Nacionais (segundo a Base Metodológica 2021) foi publicada em novembro de 2024 substituindo a base anterior (Base 2016). **Esta alteração implicou uma revisão das Contas Satélite nomeadamente das Contas Económicas da Agricultura, a principal fonte utilizada no cálculo dos indicadores de rendimento agrícola.** As principais alterações resultaram da: integração de nova informação de base (e.g. resultados dos Censos 2021, série atualizada do Inquérito ao emprego, Inquérito às Despesas das Famílias 2022/23, nova série da Balança de Pagamentos e informação do e-fatura, como complemento da Informação Empresarial Simplificada (IES)); Novas séries de estatísticas da produção vegetal e animal (decorrentes do Recenseamento agrícola 2019); Nova série de preços e índices de preços agrícolas base 2020; atualização da classificação de ajudas concedidas pelo IFAP; Melhoria do método de cálculo do Consumo de capital fixo; Alteração da metodologia de cálculo de rendas pagas (através da utilização de informação recolhida por inquéritos estruturais agrícolas - Recenseamento e Inquéritos à estrutura da exploração agrícola); Nova série do deflator do PIB (de acordo com a base 2021 das CNP), com reflexos no cálculo do indicador A.

Análise do 1º indicador

Remuneração média do trabalho agrícola familiar:

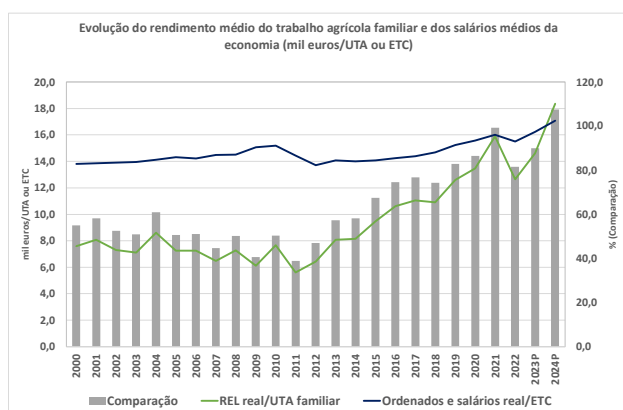
O REL por UTA familiar tem vindo a evoluir favoravelmente desde 2011 (**8,3% ao ano** entre 2011 e 2023). Para esta evolução terá sido determinante o crescimento do REL a uma média anual de 3,3%, em termos reais, em conjugação com a diminuição do volume de trabalho agrícola familiar (-4,6% ao ano).

Os dados mais recentes (provisórios) permitem constatar que em 2024, a remuneração média do trabalho agrícola familiar aumentou **25,7% em termos reais**, acelerando face a 2023



P – valores provisórios;

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (Base 2021) e Contas Económicas da Agricultura - INF



P – valores provisórios;

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Contas Económicas da Agricultura - INE.

concentração pouco habitual de pagamentos PEPAC (respeitantes a 2023 e 2024) no ano civil de 2024.

(que tinha registado um crescimento de 15,6%), em resultado da variação positiva do REL real (20,2%) a par de uma diminuição da UTA familiar (-4,4%). Para a variação do REL terá sido relevante, por um lado, o crescimento do VAB agrícola em volume (+8,0%), refletindo uma **maior subida da produção agrícola (+4,4% de volume) face aos consumos intermédios utilizados (+2,5% de volume)** e, por outro lado, o aumento dos subsídios líquidos de impostos (+104,9%), devido à

Salários médios da economia: os salários médios da economia aumentaram desde 2011 (1,0% ao ano entre 2011 e 2023), fruto do maior crescimento dos ordenados e salários (2,1% ao ano) face ao crescimento do emprego (1,1% ao ano). Em particular, em 2024, verificou-se um crescimento de **5,3%** nos salários médios (*recorrendo ao IPC para deflacionar os ordenados e salários*).

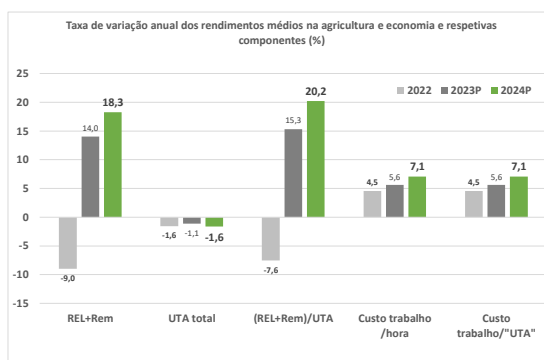
Comparação: Ao **comparar a remuneração média do trabalho agrícola familiar com os salários médios da economia, em termos reais**, constatou-se um crescimento quase consecutivo do indicador desde 2011, com uma interrupção em 2022, com o rendimento agrícola a representar cerca de 90,0% dos salários médios da economia em 2023. Em 2024 (dados provisórios), o rendimento da agricultura representava 107,5% dos valores médios da economia, devido à concentração no ano 2024 dos pagamentos PEPAC com referência a 2023 e a 2024.

Análise do 2º indicador:

Remuneração média do trabalho agrícola:

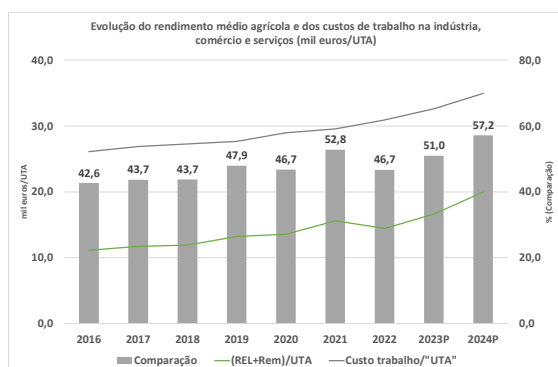
Como já referido anteriormente, este indicador, medido em termos nominais, também entra em linha de conta com a remuneração média do trabalho agrícola assalariado. O rendimento da mão-de-obra agrícola assalariada tem vindo a crescer a uma média anual de 2,9% entre 2011 e 2023, com o crescimento da remuneração dos assalariados (5,3% ao ano) e do volume de trabalho agrícola assalariado (2,3% ao ano). Em particular em 2024, a remuneração média dos assalariados cresceu 7,9%, acima da média dos últimos anos.

Deste modo, a remuneração média do conjunto do trabalho agrícola tem vindo a evoluir positivamente desde 2011 (7,8% ao ano entre 2011 e 2023). E no último ano (2024) o crescimento foi ainda mais acentuado (20,2%) pelas razões já acima descritas.



P – valores provisórios;

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (Base2021) e Contas Económicas da Agricultura. INE



Custos de trabalho da indústria, comércio e serviços: têm vindo a aumentar consecutivamente desde 2016 (primeiro ano de registo consecutivo do Eurostat). Especificamente em 2024 aumentaram 7,1%.

Comparação:

Ao comparar o rendimento médio do trabalho agrícola (familiar e assalariado) com a economia, medido através do rácio entre a remuneração média do trabalho agrícola e os custos do trabalho na indústria, comércio e serviços, **verificou-se um aumento de 12,3%, em valor, em 2024 aproximando-se do rendimento médio dos restantes setores da economia** (de 51,0% em 2023 para 57,2% em 2024).

P – valores provisórios;

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (Base 2021) e Contas Económicas da Agricultura INE

2. Índice de pobreza em áreas rurais

De acordo com o último Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2024 (ICOR2024) pelo INE, sobre rendimentos de 2023, a **taxa de risco de pobreza**, ou seja, a proporção da população residente cujo rendimento equivalente disponível se encontra abaixo da linha de pobreza (7.588 euros, cerca de 632 euros/mês), assumiu os **16,6% em 2023 após transferências sociais** (diferindo consoante o grupo populacional: 44,3% na população desempregada; 31,0% nas famílias monoparentais; 23,5% na população com baixa escolaridade; 17,8% nos menores de 18 anos; 17,6% nas mulheres), **diminuindo face ao ano anterior** (17,0% em 2022). De notar que ao excluir as pensões de velhice e de sobrevivência (e outras transferências sociais) dos rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, 40,3% da população encontrava-se em risco de pobreza em 2023.

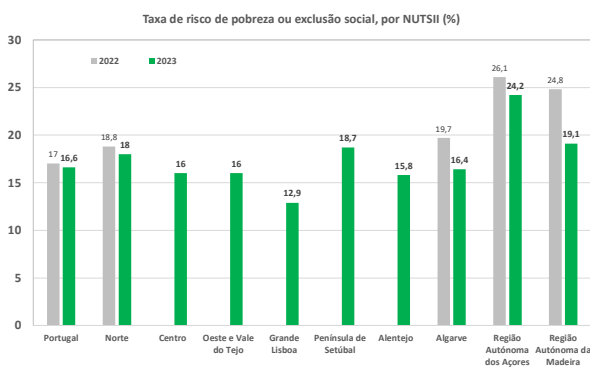
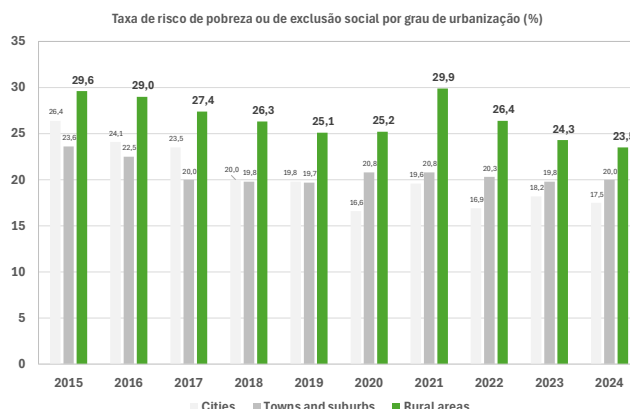
Se conjugarmos a população em risco de pobreza com a população em situação de privação material e social severa ou que pertence a um agregado familiar com baixa intensidade laboral, o indicador corresponde à **taxa de risco de pobreza ou de exclusão social**⁹ que **assumiu o valor de 19,7% em 2024 diminuindo face a 2023** (dados provisórios)¹⁰, equivalendo a cerca de 2,1 milhões de pessoas, das quais: 1,2 milhões de mulheres; 610 mil pessoas com pelo menos 65 anos), tendo diminuído face ao ano anterior (20,1% em 2023), situando-se abaixo da média europeia (21,0%). Acresce que o indicador tem vindo a melhorar desde 2013/14 após a crise económico-financeira.

⁹ De acordo com o INE, a **taxa de risco de pobreza ou de exclusão social** refere-se ao **ano** em que foi realizado o **inquérito** enquanto a **taxa de risco de pobreza** diz respeito ao **ano do rendimento**.

¹⁰ De acordo com o último relatório publicado pela Caritas, “as estatísticas oficiais a nível europeu resultam de inquéritos a pessoas que vivem estritamente em alojamentos familiares habituais, tendo por base a informação dos Censos. Não incluem assim as pessoas em situação de sem abrigo, os reclusos nas prisões, os nacionais ou migrantes que vivem em alojamentos temporários ou as comunidades nómadas.” De notar que para descrever melhor a situação dos imigrantes, que aumentaram de forma expressiva nos últimos anos refletindo-se no aumento do número de pedidos de ajuda (se em 2019 a população estrangeira com estatuto legal de residente era constituída por 589 mil pessoas, em 2023 o número já ultrapassava 1 milhão de pessoas), a Caritas dedicou um capítulo específico no seu relatório anual. Neste capítulo é referido que no caso de Portugal “o maior risco de pobreza está essencialmente associado aos mais baixos salários auferidos pelos trabalhadores estrangeiros”.

Em termos regionais, em 2024, verifica-se uma maior taxa de risco de pobreza ou de exclusão social nas zonas rurais (23,5%) face às zonas urbanas (17,5%) e intermédias (20,0%). Destacando-se um

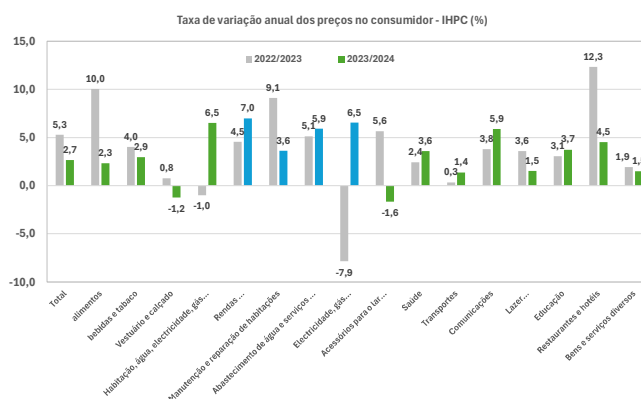
decréscimo consecutivo do indicador nas zonas rurais desde 2021. A pobreza rural encontra-se associada a diversos fatores, nomeadamente o contexto demográfico (e.g. envelhecimento da população; menos população ativa), o mercado de trabalho, o acesso aos serviços básicos (e.g. escolas, universidades, hospitais, centros de saúde) e a presença de infraestruturas (e.g. cobertura de banda larga).



Por NUTS II, e de acordo com a nova alteração às NUTS iniciada a 1 de janeiro de 2024¹¹, a taxa de risco de pobreza (após transferências sociais) assume valores mais elevados nas regiões autónomas (19,1% na RAM e 24,2% na RAA), seguidas das regiões da Península de Setúbal (18,7%) e Norte (18,0%). As taxas nas regiões que não sofreram alterações face ao

novo Regulamento das NUTS foram comparadas com o ano anterior, verificando-se uma diminuição em todas as regiões: -5,7p.p. na RAM, -3,3p.p. no Algarve, -1,9p.p. na RAA e -0,8 p.p. no Norte.

Saliente-se que os indicadores aqui analisados referem-se aos rendimentos auferidos até 2023 (INE), não refletindo ainda o contexto socioeconómico mais recente



Fonte: IHPIC, INE.

¹¹ “Com esta atualização foram criadas três regiões estatísticas de nível NUTS II: a Península de Setúbal, a Grande Lisboa e o Oeste e Vale do Tejo. **Extinguiu-se** a Área Metropolitana de Lisboa e **foram alterados os limites** das regiões Centro (pela saída dos municípios das NUTS III Oeste e Médio Tejo) e Alentejo (pela saída dos municípios das NUTS III da Lezíria do Tejo).” (Fonte: [BdP](#))

“as estatísticas regionais divulgadas pelo Banco de Portugal estão consistentes com a nova Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos – NUTS, conforme definidas pelo Regulamento Delegado (UE) 2023/674 da Comissão Europeia”. (Fonte: [BdP](#))

relativo ao ano 2024. Neste ano, a robustez do mercado de trabalho, o abrandamento da inflação e o crescimento dos salários, pensões e transferências sociais têm contribuído positivamente para o rendimento disponível das famílias. Contudo, a evolução da inflação não foi similar em todos os bens e serviços, tendo-se verificado um maior crescimento dos preços¹² na habitação (+7,0% rendas; +5,9% água e outros serviços; +6,5% eletricidade e gás), nas comunicações (+5,9%), na saúde (+3,6%), nos transportes (+1,3%) e na educação (+3,7%) com impacto no rendimento, designadamente das famílias mais vulneráveis¹³. Acrescem outros indicadores que apontam para um futuro incerto da economia portuguesa, nomeadamente a desaceleração do crescimento do PIB português em 2024, acompanhando o arrefecimento de algumas economias da zona euro, e o clima de incerteza económica associado às recentes transformações na geopolítica mundial.

Entidade: GPP

ENM	<p>Apoiar campanhas de sensibilização e de promoção sobre o consumo de pescado</p> <p>Valorizar produtos e subprodutos da pesca e aquacultura</p>
Indicadores	
<p>1. Apoiar campanhas de sensibilização e de promoção sobre o consumo de pescado suportadas por recomendações de base científica, informando sobre os benefícios, doses recomendadas, valor nutricional e saudável dos produtos do mar de exploração sustentável e/ou de baixo valor comercial:</p> <p>1.1. N.º anual de campanhas e de ações de sensibilização, internacionalização do setor e de promoção sobre o consumo do pescado</p> <p>2021 – 51</p> <p>2022 – 58</p> <p>2023 – 160</p> <p>2024 - 51</p> <p>Das campanhas realizadas destaca-se como exemplo – a campanha “Eu Sou Rico em Ómega-3”. Esta campanha surgiu na sequência do estudo do índice de ómega-3 da população portuguesa. Como principal conclusão deste estudo pode referir-se que a população portuguesa apresenta, em média, um risco intermédio de doença cardiovascular. Um consumo de pescado acima de 5/6 refeições por semana potencia a diminuição do risco de doença cardiovascular (aumento do índice ómega3) e, por conseguinte, contribui para melhorar a saúde pública.”⁽⁴⁾</p>	

¹² IPC (INE)

¹³ Segundo o último relatório da Caritas, é de salientar “menores progressos na luta contra a pobreza no período recente” (2019-2024) face ao período anterior (2015-2019), ou até mesmo um “retrocesso” com o crescimento do número de pessoas sem capacidade para ter uma alimentação adequada (+29 mil entre 2019 e 2024) e de pessoas sem-abrigo (+6 mil entre 2019 e 2023).

INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR

2024 - 3ª edição da Expo Fish Portugal promovida pela Docapesca, com o patrocínio institucional do Ministério da Agricultura e Alimentação e a parceria da ALIF.

A plataforma da Expo Fish Portugal esteve disponível às empresas do setor, organizações de produtores e associações setoriais que pretendiam divulgar e comercializar os seus produtos e registou 94 reuniões realizadas. Para além da vertente comercial, em paralelo a Conferência Expo Fish Portugal decorreu no Auditório do IPMA com diferentes painéis de discussão dedicados aos principais mercados de exportação do pescado português e contou com mais de 200 participantes ao longo dos dois dias do evento.

Nesta edição, foram também galardoados três projetos de inovação na área alimentar do mar no contexto do Prémio Inovação Expo Fish Portugal, que registou um grande acréscimo de candidaturas, passando de 33 para 44 candidaturas. Refira-se que ao longo do ano, foi realizado um conjunto de apresentações presenciais e online em várias universidades e institutos politécnicos.

2. Valorizar produtos e subprodutos da pesca e aquacultura, promovendo a circularidade, a eficiência e valorização dos mesmos e fomentar os circuitos curtos de comercialização de pescado, de proximidade, privilegiando o acesso direto do consumidor

2.1. N.º anual de campanhas de Valorização do Pescado

2021 – 4

2022 – 9

2023 – 3

2024 – 5

Destaca-se a promoção de um novo alimento funcional na forma de hambúrguer de cavala pelo seu potencial na prevenção do envelhecimento cognitivo, com foco específico no perfil de ácidos gordos bioacessíveis e na avaliação dos principais nutrientes (DHA, Se e I) que demonstraram ser relevantes para a prevenção da doença de Alzheimer.

2.2. N.º anual de aderentes CCL (comprovativo de compra em lota)

2021 – 524

2022 – 562

2023 – 580

2024 – 591

O objetivo do Comprovativo de Compra em Lota (CCL) é contribuir, decisivamente, para a valorização qualitativa e quantitativa do pescado transacionado nas lotas do continente português e, conseqüentemente, para a sustentabilidade e rentabilidade do Setor das Pesca em Portugal, através da identificação e diferenciação do pescado das lotas junto do consumidor final.

É um produto controlado desde a sua origem, que traz benefícios não só para o consumidor.

Entidade: IPMA, DOCAPESCA, DGRM

F2F

Desenvolvimentos no âmbito da estratégia “Do Prado ao Prato”:
Propostas Regulamentares da Comissão Europeia

Indicadores

1. Lançar iniciativas para estimular a reformulação dos géneros alimentícios transformados, incluindo a fixação de teores máximos para certos nutrientes

As iniciativas previstas no âmbito deste indicador têm sido implementadas no âmbito da EIPAS e do PNPAS, pelo que os resultados estão descritos na respetiva secção.

2. Estabelecer perfis nutricionais para restringir a promoção de alimentos com elevado teor de sal, açúcares e/ou gordura

Tendo em conta o relatório do Tribunal de Contas Europeu sobre a rotulagem dos alimentos na EU a Comissão tem de tomar iniciativas para rever alguns aspetos destacando-se entre outros os perfis nutricionais e o esquema harmonizado para o FoPNL. A COM até esta data ainda não se comprometeu com datas mas já informou que iria dar seguimento às recomendações.

3. Proposta de rotulagem nutricional harmonizada na frente da embalagem para permitir aos consumidores fazerem escolhas alimentares conscientes em termos de saúde

Os Estados Membros que não têm um esquema obrigatório têm preconizado um esquema harmonizado a nível da EU (Portugal tem mantido esta posição). O esquema harmonizado deverá ser facilmente entendível pelos consumidores, com base científica e que, adicionalmente, facilite a interpretação da informação nutricional para facilitar escolhas saudáveis e conscientes.

Ver resposta anterior

Entidade: DGAV

«Terra Futura» -
Agenda de Inovação
para a Agricultura
20|30

Monitorizar a adesão à dieta mediterrânica

Indicadores

1. Nível de adesão à dieta mediterrânica

No âmbito da “Terra Futura” – Agenda de inovação para a agricultura 2020-20230, a promoção da Dieta Mediterrânica é umas principais áreas emblemáticas, tendo sido estabelecida a meta de aumento em 20% do nível de adesão a este padrão alimentar até 2030.

A Dieta Mediterrânica (DM) caracteriza-se por um elevado consumo de fruta, legumes, leguminosas, azeite e frutos secos e por um baixo consumo de carne e doces. Para além destes, a DM portuguesa apresenta algumas particularidades como o elevado consumo de peixe e o uso generalizado e frequente de sopas e ensopados à base de legumes. A DM é

reconhecida como um padrão alimentar saudável e tem sido consistentemente associada à prevenção de várias doenças e fatores de risco.

Os dados disponíveis para aferir a adesão à DM estão dependentes de estudos em que são aplicados à população questionários, como o PREDIMED, de forma regional ou nacional, ou da informação quinquenal da Balança Alimentar Portuguesa (BAP).

A BAP, que mede o consumo alimentar do ponto de vista da oferta dos alimentos, apresenta o índice de adesão à DM (índice superior a 1 revela uma predominância de calorias provenientes de produtos ditos mediterrânicos). Entre 1992 e 2006, o índice mostra uma tendência de decréscimo, a partir de 2006 até 2019 sofreu oscilações, mantendo-se em valores abaixo dos anos 90. O último período apurado (2016- 2020) revela que em 2020 o índice foi de 1,157, o mesmo que em 2012, durante a crise económica. Também se verificou um aumento de 1,3% face a 2019, para o que contribuiu o menor decréscimo dos produtos típicos da dieta mediterrânica relativamente ao decréscimo dos outros produtos (carne e alimentos ricos em açúcar) ⁽⁵⁾.

Relativamente ao último estudo de adesão efetuado pela DGS, em 2020, em que foi aplicado o questionário PREDIMED, constituído por 14 questões relacionadas com o consumo/frequência de alimentos típicos e não típicos da dieta mediterrânica, revelou que 26% da população tem elevada adesão à DM. Ou seja, a maioria da população portuguesa não segue este padrão alimentar. Os alimentos que têm maior consumo inadequado são as leguminosas (69% com consumo inferior a 3 vezes por semana), as hortícolas (52% com consumo inferior a 2 porções por dia), a fruta (61% com consumo inferior a 3 porções por dia) e os frutos secos oleaginosos (61% com consumo inferior a 3 porções por semana) ⁽⁶⁾.

Já o estudo EpiDoC, realizado cerca de 4 a 5 anos antes do efetuado pela DGS, com idêntica metodologia, tinha indicado que apenas 9% da população demonstrava elevada adesão ⁽⁷⁾. Valores que os investigadores consideraram promissor, já que se verificou o aumento de 9% para 26%. No entanto, outros trabalhos revelam que a adesão ao padrão alimentar da DM tem vindo a diminuir nas últimas décadas no sul da Europa, (o que está de acordo com a BAP), em particular nos grupos socioeconómicos mais baixos. O custo mais alto dos alimentos mais saudáveis, tipicamente pertencentes a um padrão de DM, tem sido apontado como um fator importante para justificar a tendência de queda na adesão à DM. Acresce que o aumento do consumo de alimentos processados, com alto teor de sal, açúcar e gordura, também parece estar a contribuir para a substituição da DM.

O estudo mostrou também que adultos com menos anos de educação formal têm uma baixa adesão à DM. Conclusões corroboradas por trabalhos que demonstram que indivíduos, independentemente do sexo, com maiores rendimentos e formação superior são mais propensos a consumir alimentos mais saudáveis (peixe, frutas e legumes). Revelou ainda que as gerações mais jovens têm menor adesão ao padrão alimentar da DM que os mais velhos.

A nível regional, os Açores é a região que tem maior percentagem de baixa adesão (45%) e a região norte, em sentido contrário, é a que apresenta a maior percentagem de moderada/alta adesão à DM (73%).

2. Projetos de promoção da Dieta Mediterrânica

São diversos os projetos que pretendem promover a Dieta Mediterrânica, uns no âmbito do Plano Nacional da Alimentação Equilibrada e Sustentável (PNAES), financiados pelo PDR e apoiados pela Rede Nacional PAC e outros financiados pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

O PNAES visa, além de valorizar e salvaguardar a Dieta Mediterrânica enquanto sistema e padrão alimentar característico do território nacional, estimular também a produção nacional, promover a adoção de sistemas de produção e distribuição mais sustentáveis, com base nas cadeias curtas de abastecimento e nos sistemas alimentares locais, valorizar os produtos endógenos de qualidade e sensibilizar e aconselhar os consumidores e a população em geral para a adoção de uma alimentação nutricionalmente equilibrada e informada. Os projetos encontram-se descritos [aqui](#).

Os projetos PRR aprovados evidenciam o seu alinhamento com a Iniciativa Emblemática Alimentação Sustentável, da Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030. Mais informação pode ser encontrada [aqui](#).

Entidade: DGADR

PNPAS

Avaliação das situações de insegurança alimentar: Agregação e recolha sistemática de indicadores do estado nutricional, do consumo alimentar e seus determinantes ao longo do ciclo de vida, avaliação das situações de insegurança alimentar e avaliação, monitorização e divulgação de boas práticas com o objetivo de promover consumos alimentares saudáveis ou protetores face à doença, a nível nacional

Indicadores

1. Prevalência de insegurança alimentar a nível nacional

O Instituto Nacional de Estatística mede, desde 2019 e através do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, a taxa de insegurança alimentar moderada e severa em Portugal, definida para tal como “insegurança alimentar que decorre da incerteza em obter alimentos, do risco de faltar às refeições ou os alimentos se esgotarem, de ser forçado a comprometer-se com a qualidade nutricional e/ou a quantidade de alimentos consumidos”.

Após o aumento de 0,7 pontos percentuais verificados em 2023, em 2024 verificou-se uma descida da insegurança alimentar moderada ou severa em Portugal na mesma ordem de grandeza – 0,7 pontos percentuais – igualando os 4,1% verificados em 2022, o segundo valor mais baixo desde 2019, ano de início de registo deste indicador ⁽⁸⁾.

O mesmo estudo encontrou uma prevalência de 0,5% de insegurança alimentar grave, ou seja, de pessoas que passam vários dias sem se alimentarem devido à falta de recursos,

financeiros ou outros, para obter alimentos, em 2024, um valor semelhante ao do ano anterior, em que se situou abaixo de 1%.

Esta evolução da prevalência da insegurança alimentar em Portugal foi acompanhada pela tendência de diminuição e de estabilização da taxa de inflação dos produtos alimentares não transformados, após atingir valores na ordem dos 20% em fevereiro de 2023. Em 2024 a taxa de variação homóloga do Índice de Preço no Consumidor deste grupo de produtos situou-se entre os -0,5% (em março) e os 3,4% (em dezembro).

2. Prevalência de excesso de peso e obesidade infantil

De acordo com os dados mais recentes do *Childhood Obesity Surveillance Initiative: COSI Portugal 2022*, 31,9% crianças dos 6 aos 8 anos apresenta excesso de peso infantil (que inclui a pré-obesidade e a obesidade), e 13,5% vive com obesidade. Os dados relativos ao ano de 2022 mostram um aumento de 2,2 pontos percentuais na prevalência de excesso de peso infantil (29,7% em 2019 para 31,9% em 2022) contrariamente à tendência ligeiramente invertida que se vinha a verificar entre 2008 e 2019. A mesma tendência foi verificada para a prevalência de obesidade, tendo-se verificado um aumento de 1,6 pontos percentuais entre 2019 e 2022 (11,9% para 13,5%) ⁽³⁾. Com resultados apenas do ano de 2022 é difícil verificar se este ano marcar um ponto de viragem na tendência da prevalência de excesso de peso infantil, ou se os resultados verificados refletem uma situação pontual, potencialmente relacionada com o possível impacto que a situação pandémica da COVID-19 poderá ter tido na modificação do estilo de vida das crianças portuguesas. O encerramento das escolas ao longo dos anos de 2020 e 2021 parece ter contribuído para menores níveis de atividade física e a falta de acesso à alimentação escolar também poderá ter sido um elemento negativo a considerar, em particular nas crianças mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico.

3. Percentagem da população nacional que consome pelo menos 400g de fruta e hortícolas diariamente

Para este indicador não existem dados atualizados, sendo os dados mais recentes os do último Inquérito Alimentar Nacional e Atividade Física IAN-AF 2015-2016. De acordo com os resultados deste inquérito mais de metade da população (56%) não cumpre a recomendação da Organização Mundial da Saúde de consumir mais de 400g/dia de fruta e produtos hortícolas (equivalente a 5 ou mais porções diárias). Esta inadequação é superior para os grupos etários das crianças e adolescentes, dos quais 72% e 78% não cumprem as recomendações. As regiões dos Açores e Madeira são as com maior incumprimento das recomendações, 70,9% e 67,7% respetivamente; as regiões do Norte (51,8%) e do Centro (51,8%) as com menor prevalência de inadequação ⁽⁹⁾.

Porém, de acordo com os dados do *Childhood Obesity Surveillance Initiative: COSI Portugal 2022*, entre 2019 e 2022, o consumo de fruta diariamente aumentou de 63,1%, em 2019, para 71,2% e a percentagem de crianças que apresenta um consumo diário de hortícolas aumentou de 57,3% para 69,0% ⁽³⁾.

Entidade: DGS

Indicadores

1. Monitorizar o teor de sal em categorias de alimentos: grupo do pão e cereais de pequeno-almoço, carnes e derivados de carne (carne picada — derivado de carne), refeições prontas a consumir, batatas fritas e outros snacks, molhos, sopas prontas a consumir, queijos e conservas de pescado e refeições produzidas pela restauração (sopa e prato de refeição)

Em 2019, foi assinado um protocolo entre a DGS, a Federação Portuguesa da Indústria Agroalimentar (FIPA) e a Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição (APED) para a reformulação dos teores de sal, açúcar e ácidos gordos trans em diferentes categorias alimentares. Foram definidas as seguintes metas do teor de sal para 2022:

1. Batatas fritas e outros snacks salgados: Redução de 12%
2. Cereais de pequeno-almoço: Redução de 10% (1g por 100g- média ponderada; máximo de 1g por 100g – cereais para crianças)
3. Pão: 1g por 100g de pão (meta para 2021)
4. Pizzas: Redução de 10%
5. Refeições pré-embaladas prontas a consumir: 0,9g por 100g de refeição (meta para 2023)
6. Sopas pré-embaladas prontas a consumir: 0,3g por 100g (meta para 2023)

1.1 Média do teor de sal nos principais grupos de alimentos fornecedores de sal

Apresenta-se de seguida a média do teor de sal (g/100g) nas categorias em análise para a Reformulação dos Alimentos em Portugal 2018-2023. No geral, verificou-se uma média do teor de sal de 1,14g em 2018 e de 0,97g em 2023.

- Batatas fritas e outros *snacks* salgados

2018 (*baseline*): 1,25g

2023 (5º *checkpoint*): 1,04g

- Cereais de pequeno-almoço

2018 (*baseline*): 0,71g

2023 (5º *checkpoint*): 0,51g

- Pizzas

2018 (*baseline*): 1,78g

2023 (5º *checkpoint*): 1,43g

Adicionalmente, foram analisados os teores médios de sal de produtos das seguintes categorias (em g de sal/100g de produto):

- Pão de fabrico próprio: 0,86g

- Sopas pré-embaladas prontas a consumir: 0,36g

- Refeições pré-embaladas prontas a consumir: 0,70g/100g (refeições refrigeradas) e 0,87g/100g (refeições congeladas)

1.2 Percentagem de redução do teor de sal nos principais grupos de alimentos fornecedores de sal

A percentagem de redução do teor de sal nas categorias em análise para a Reformulação dos Alimentos em Portugal, entre 2018 e 2023, foi de 17,3% para as batatas fritas e outros snacks salgados, 27,9% para os cereais de pequeno-almoço e 19,5% para as pizzas. Entre 2018 e 2023, verificou-se uma redução global de cerca de 14,8% do teor de sal nos produtos abrangidos nos compromissos para a reformulação dos produtos alimentares.

As categorias batatas fritas e aperitivos, cereais de pequeno-almoço e pizzas atingiram a meta de redução do teor de sal definida para o ano de 2022 ⁽¹⁰⁾, tendo sido verificada uma redução superior à estabelecida no acordo.

Verificou-se, ainda um cumprimento de 99,1% na categoria de pão de fabrico próprio, de 31,5% na categoria de sopas pré-embaladas, de 94,6% nas refeições refrigeradas pré-embaladas e de 66,7% nas refeições congeladas pré-embaladas, das respetivas metas definidas para a reformulação do teor de sal.

2. Monitorizar o teor de açúcar em categorias de alimentos: bebidas não alcoólicas, laticínios, bolachas e sobremesas doces, produtos de pastelaria, cereais de pequeno-almoço, refeições prontas a consumir, molhos, gelados e fruta em conserva

De acordo com protocolo supramencionado, foram definidas as seguintes metas do teor de açúcar para 2022:

1. Cereais de pequeno-almoço: Redução de 10%
2. Iogurtes e leites fermentados: Redução de 10% (açúcares adicionados)
3. Leite achocolatado: Redução de 10% (açúcares adicionados)
4. Néctares: Redução de 7% (meta para 2023)
5. Refrigerantes: Redução de 10%

Entre 2018 e 2023 foram avaliadas as categorias dos cereais de pequeno-almoço, refrigerantes, néctares, iogurtes, leite achocolatado e leite fermentado, quanto ao teor de açúcar.

2.1 Média do teor de açúcar nos principais grupos de alimentos fornecedores de açúcar

Apresenta-se de seguida a média do teor de açúcar (g/100g) nas categorias em análise para a Reformulação dos Alimentos em Portugal 2018-2023 (2018-2024 no caso dos néctares) ^(x). No geral, verificou-se uma média do teor de açúcar de 7,46g em 2018 e de 5,91g em 2023.

- Cereais de pequeno-almoço

2018 (*baseline*): 23,44g

2023 (*5º checkpoint*): 19,69g

- Iogurtes e queijos com sabor*

2018 (*baseline*): 8,96g

2023 (5º *checkpoint*): 7,26g

- Leite com chocolate*

2018 (*baseline*): 5,13g

2023 (5º *checkpoint*): 4,22g

- Leite fermentado*

2018 (*baseline*): 8,20g

2023 (5º *checkpoint*): 6,70g

- Refrigerantes

2018 (*baseline*): 5,94g

2023 (5º *checkpoint*): 4,41g

- Néctares

2018 (*baseline*): 8,72g

2024 (6º *checkpoint*): 8,46g

*açúcares adicionados

2.2 Percentagem de redução do teor de açúcar nos principais grupos de alimentos fornecedores de açúcar

A percentagem de redução do teor de açúcar nas categorias em análise para a Reformulação dos Alimentos em Portugal, entre 2018 e 2023, foi de 16,0% para os cereais de pequeno-almoço, 19,0% para os iogurtes e queijos com sabor, 17,7% para o leite achocolatado, 18,3% para o leite fermentado, 25,7% para os refrigerantes e 3,0% para os néctares (em 2024). Durante este período, verificou-se uma redução global de cerca de 20,8% na média ponderada global do teor de açúcar nos produtos abrangidos nos compromissos para a reformulação dos produtos alimentares.

Destaca-se que três das categorias abrangidas neste acordo (refrigerantes, leite achocolatado e iogurtes) atingiram a meta de redução do teor de açúcar definida para o ano de 2022 ⁽¹⁰⁾ no prazo definido, e as categorias cereais de pequeno-almoço e leite fermentado atingiram essas metas em 2023. A categoria dos néctares, até 2024, não tinha atingido a meta de redução de 7% definida para 2023.

3. Monitorizar o teor de ácidos gordos trans em categorias de alimentos: Média do teor de ácidos gordos trans nos principais grupos de alimentos fornecedores de ácidos gordos trans: bolachas, produtos de pastelaria, batatas fritas, cereais de pequeno-almoço, cremes de chocolate para barrar e margarinas

De acordo com protocolo supramencionado, foi definida, para o teor de ácidos gordos *trans* para 2019, uma meta de < 2g por 100g de gordura, para as gorduras industriais para o fabrico de produtos alimentares.

Entidade: DGS

OAME	Avaliação a adesão à oferta alimentar em meio escolar
Indicadores	
<p>1. Monitorizar a adesão ao Regime Escolar</p> <p>No ano letivo 2022/23, 346 288 crianças participaram no Regime Escolar com distribuição de leite e produtos lácteos (75,6% dos alunos elegíveis) e 195 408 crianças participaram no Regime Escolar com distribuição de fruta e produtos hortícolas (60,5% dos alunos elegíveis). Assim, verificou-se uma redução de 9,5% e um aumento de 30,7% nos alunos participantes nas vertentes de leite e produtos lácteos e de frutas e produtos hortícolas, respetivamente, comparativamente com o ano letivo 2021/2022. Estes valores representam ainda o número absoluto mais baixo na distribuição de leite e productos lácteos e o número absoluto mais elevado na distribuição de fruta e produtos hortícolas desde a génese do Regime Escolar, no ano letivo 2017/18 (pela fusão dos Regimes de Fruta Escolar e de Leite Escolar).</p>	
<p>2. Monitorizar a adesão aos refeitórios escolares</p> <p>Com a transferência de competências na área da educação para os Municípios, nomeadamente no que diz respeito à gestão dos refeitórios escolares, a monitorização da adesão aos refeitórios escolares tornou-se mais complexa. Deste modo, terão de ser ouvidos todos os Municípios, dado que, ao que sabemos, a DGAL não possui essa informação. No âmbito da insegurança alimentar, uma informação de extrema relevância, e no que se refere às refeições escolares é que, segundo o mais recente Relatório PISA, (Figure V.7.1. Food insecurity: How often did students not eat because there was not enough money to buy food, in the past 30 days) Portugal juntamente com a Finlândia e os Países Baixos, é destacado como um dos três países membros da OCDE com as menores taxas de alunos a passar fome: 2,6% em Portugal, 2,7% na Finlândia e 2,8% nos Países Baixos.</p>	
Entidade: DGE	

ENEC	<p>Avaliação dos resultados relativos aos domínios obrigatórios em todos os ciclos de ensino, relacionados com a segurança alimentar, como direitos humanos, saúde, desenvolvimento sustentável, interculturalidade ou educação ambiental:</p> <p>Conceção, desenvolvimento e disponibilização de materiais de suporte ao desenvolvimento da temática em contexto da componente cidadania e desenvolvimento</p>
Indicadores	
<p>1. Monitorizar os acessos às páginas da DGE com conteúdos alusivos à temática.</p> <p>De 1 de janeiro até 31 de dezembro de 2024, houve 8.014 visualizações da página da Educação Alimentar da DGE, com 3.444 utilizadores, com 2,33 visualizações por utilizador e uma visualização média de 1'08" por utilizador.</p> <p>Outras páginas que contribuem de forma indireta para a Segurança Alimentar e Nutricional apresentaram, em 2024, os seguintes acessos/visualizações:</p> <p>Educação ambiental – 42.505 visualizações com 17.485 utilizadores, com 2,43 visualizações por utilizador e uma visualização média de 1'15" por utilizador.</p> <p>Direitos Humanos – 30.837 visualizações com 11.471 utilizadores, com 2,69 visualizações por utilizador e uma visualização média de 1'08" por utilizador.</p>	

Desenvolvimento sustentável – 21.076 visualizações com 9.354 utilizadores, com 2,25 visualizações por utilizador e uma visualização média de 0’33’’ por utilizador.
Interculturalidade – 40.543 visualizações com 15.261 utilizadores, com 2,66 visualizações por utilizador e uma visualização média de 1’11’’ por utilizador.

Entidade: DGE

PESSOAS 2030

Prestar apoio alimentar aos mais carenciados contribuindo para a redução da pobreza ou exclusão social no contexto do Plano de Ação do Pilar Europeu Direitos Sociais

Indicadores

1. Número de destinatários que beneficiam das medidas de acompanhamento da Privação Material Direta (Cabazes) e Privação Material Indireta (Cartão Social eletrónico)

Reportando-nos ao ano de 2024, verifica-se que a distribuição do número de medidas de acompanhamento realizadas e destinatários abrangidos na Privação Material direta (Cabazes) foi a seguinte:

- Prevenção do desperdício – 245 ações que abrangeram 17.589 destinatários;
- Seleção de géneros alimentares – 243 ações que abrangeram 21.100 destinatários;
- Otimização da gestão do orçamento familiar – 294 ações que abrangeram 14.820 destinatários.

No que diz respeito à Privação Material Indireta (Cartão Social eletrónico), no ano de 2024, não se verificou a realização de medidas de acompanhamento e destinatários abrangidos, uma vez que a distribuição dos cartões teve início em finais de fevereiro de 2025.

2. Número de Pessoas abrangidas pela Privação Material Direta (Cabazes) e Privação Material Indireta (Cartão Social eletrónico)

Reportando-se ao ano de 2024, verificou-se que o número de Pessoas abrangidas pela Privação Material Direta (Cabazes) foi o seguinte:

2024 - Foram apoiados 36.246 agregados familiares, ainda que não de forma contínua, correspondendo a um total de 97.248 destinatários abrangidos pela Privação Material Direta (Cabazes).

No que diz respeito à Privação Material Indireta (Cartão Social eletrónico), no ano de 2024 não se verificou a realização de medidas de acompanhamento e destinatários abrangidos, uma vez que a distribuição dos cartões teve início em finais de fevereiro de 2025.

Entidade: ISS, I.P.

Km Zero

Pela soberania alimentar e estímulo da produção local, diminuindo o grau de dependência alimentar externa.

	Ao criarmos a possibilidade de escoamento de produtos locais através da iniciativa Km0, potenciamos a manutenção do mosaico de agricultura tradicional e, desta forma, a manutenção das unidades de produção como fontes de rendimento familiar
Indicadores	
1. Balanço do comércio agroalimentar, importações e exportações	
Em 2023, o défice da balança comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares (exceto bebidas) atingiu 5 512,7 milhões de euros, o que representa um agravamento de 315,1 milhões de euros face ao ano anterior ⁽¹¹⁾ .	
Entidade: Universidade de Évora	

Medida 2.2 Identificar boas práticas na área da saúde e nutrição

PAC, ENM, PNPAS, «Terra Futura» - Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30, EIPAS, OAME, ENEC, PO APMC, Km0	Identificar boas práticas na área da saúde e nutrição, avaliando a sua escalabilidade e replicabilidade
Indicadores	
1. Boas práticas de promoção da Dieta Mediterrânica	
Relativamente ao ano de 2024 destaca-se:	
<p>- Brigada dos 10 - Os 10 princípios da dieta mediterrânica - Visa disseminar o consumo dos produtos da Dieta Mediterrânica nas escolas através da promoção de refeições com produtos locais baseadas nesta dieta para aumentar a literacia alimentar e melhorar progressivamente a qualidade nutricional da alimentação fornecida aos alunos. Projeto, promovido pela AMAL e financiado pelo Fundo Ambiental, pretende complementar e dar continuidade às iniciativas desenvolvidas pelo projeto Sistemas Alimentares Sustentáveis (SAS) que decorreu de 2021 a 2023. O SAS tinha como principal objetivo fortalecer a aquisição de produtos locais para as cantinas escolares, privilegiando os produtos dos agricultores familiares, incentivando os circuitos curtos de abastecimento e favorecendo os modos de produção mais sustentáveis. https://amal.pt/atividades/recursos-endogenos/brigada-dos-10</p>	
<p>- Plano de Atividades para a salvaguarda da Dieta Mediterrânica na região do Algarve (2023-2027) – O documento apresenta objetivos, iniciativas estratégicas e ações que resultaram do trabalho realizado com as 30 entidades da região do Algarve. As ações apresentadas resultam da integração e harmonização entre as propostas preparadas pelos quatro grupos de trabalho criados: Produção, Transformação e Comercialização de Alimentos; Biodiversidade e Património Natural; Património Cultural e Estilo de Vida e Alimentação. https://sapientia.ualg.pt/bitstreams/9a9ae733-981f-45be-bc05-64a1504b9fe2/download</p>	
<p>- Agenda para Valorização da Dieta Mediterrânica na Região Centro - Uma peça-chave na estratégia de desenvolvimento regional, ajudando a combater o despovoamento, a revitalizar as economias locais, a promover práticas agrícolas sustentáveis, a valorizar os produtos regionais, a preservar o ambiente e a contribuir para a justiça alimentar. Foram</p>	

consideradas quatro áreas temáticas: Saúde e Dieta Mediterrânica; Agricultura e Sistemas Alimentares Sustentáveis; Património Cultural e Valorização do Território e ainda Turismo e Promoção da Experiência Mediterrânica.

<https://www.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2025/01/Agenda-DM-1.pdf>

- **Comer, beber e conviver à maneira portuguesa** - Guia elaborado pela DGS, no âmbito do Programa Nacional para a Promoção da alimentação Saudável, e que tem como objetivo dar a conhecer a cultura alimentar portuguesa, dando especial destaque aos aspetos que nos permitem pôr em prática os princípios de uma alimentação saudável. São descritos alguns alimentos que têm um papel de destaque na alimentação “à portuguesa”, bem como formas de preparação culinária muito típicas da tradição alimentar nacional. Através deste guia pode-se ficar a conhecer melhor a cultura alimentar do nosso país e saber como é que a tradição alimentar portuguesa consegue combinar prazer e saúde à mesa.

<https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/wp-content/uploads/2023/07/Comer-Beber-e-Conviver-2023-PNPAS.pdf>

- **À mesa com Saúde, um jantar mediterrânico comentado pelo chef Gonçalo Melo** - O jantar decorreu em Coimbra a 26 de janeiro e teve comentários de médicos, investigadores e chefs sobre os benefícios da dieta mediterrânica para uma vida saudável

<http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/printpdf/1869>

- **Webinar: Crescer saudável: Refeições em família à volta da dieta mediterrânica** – A partir da Escola Superior de Enfermagem, da Universidade do Minho, pretendeu-se dar a conhecer a relação entre o tempo em família e a adesão à dieta mediterrânica, com especial destaque para os benefícios da dieta mediterrânica e do tempo em família para a saúde das crianças.

<http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/health-talk-%E2%80%9C Crescer-saud%C3%A1vel-refei%C3%A7%C3%B5es-em-fam%C3%ADlia-%C3%A0-volta-da-dieta-mediterr%C3%A2nica>

- **Prova de vinhos e visita guiada à exposição “Dieta Mediterrânica-Património Cultural Milenar”** – Esta oficina decorreu no Museu Municipal de Tavira e estava inserida no programa “Valorizar – Linha de apoio à sustentabilidade” e na candidatura do Município com o projeto: “Tavira com a Dieta Mediterrânica – Um destino turístico sustentável”, que contempla um conjunto de atividades que destacam os costumes e tradições da Dieta Mediterrânica, incluindo o artesanato, o folclore e gastronomia.

<http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/prova-de-vinhos-e-visita-guiada-%C3%A0-exposi%C3%A7%C3%A3o-%E2%80%9Cdieta-mediterr%C3%A2nica-patrim%C3%B3nio-cultural-milenar>

- **Ação de sensibilização: Padrão alimentar mediterrânico na infância** – Iniciativa, promovida pela Câmara Municipal de Espinho e pela Unidade Local de Saúde Gaia Espinho, que visou promover a importância da dieta mediterrânica, relativamente à diversidade de alimentos, saúde e ambiente.

<http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/padr%C3%A3o-alimentar-mediterr%C3%A2nica-na-inf%C3%A2ncia-munic%C3%ADo-de-espinho>

- **X Feira da Dieta Mediterrânica em Tavira** – Decorreu entre 5 e 8 de setembro e pretendeu destacar a importância da dieta mediterrânica como um legado das civilizações que moldaram a nossa identidade cultural, língua e modos de vida, produção e alimentação, sendo crucial para a valorização e fortalecimento das economias regionais. Destacou o reconhecimento da dieta mediterrânica como um dos principais contributos para a preservação ambiental e prevenção das alterações climáticas, além de ser um modelo de agricultura sustentável e alimentação saudável.

<http://www.dietamediterranea.pt/?q=pt/service-block/feira-da-dieta-mediterr%C3%A2nica-5-08-de-setembro-de-2024>

Entidade: GPP, DGAV, DGADR, DGRM, IPMA, I. P., DOCAPESCA, DGS, DGE, APA, I. P., Universidade de Évora, ISS, I.P.

Medida 2.3 Impactos da estratégia do plástico na cadeia alimentar

Estratégia para os Plásticos	Contributo das embalagens de plástico para garantir a segurança dos alimentos e para a redução do desperdício destes. As medidas a adotar no contexto da estratégia para os plásticos devem cumprir a legislação alimentar da UE. Em particular a redução do consumo de recipientes para alimentos não pode pôr em risco a segurança dos alimentos, as boas práticas de higiene, as boas práticas de fabrico, a informação aos consumidores, ou os requisitos de rastreabilidade.
Indicadores	
<p>1. N.º de sessões de esclarecimento sobre a legislação da União Europeia</p> <p>No decorrer do ano 2024, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. promoveu sessões de esclarecimento relativas aos diferentes diplomas regulamentares, destinadas a diferentes públicos-alvo, designadamente a produtores/embaladores de produtos e intervenientes do fluxo específico de embalagens e resíduos de embalagens:</p> <ul style="list-style-type: none">• 2 sessões de esclarecimento sobre a implementação da Diretiva SUP (Diretiva (UE) 2019/904), referente aos plásticos de utilização única, incluindo embalagens;• 12 sessões de esclarecimento sobre o registo de produtores/embaladores de produtos, no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb), no âmbito das embalagens, com mais de 1200 participantes envolvidos;• 1 sessão de esclarecimento sobre as principais alterações ao UNILEX no âmbito das embalagens. <p>Em cumprimento do estabelecido nas respetivas licenças e legislação em vigor, as entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos devem – <u>de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos pela APA e DGAE</u> – promovem ações e/ou projetos de Sensibilização, Comunicação e Educação (S, C&E); de Investigação e Desenvolvimento (I&D) destinadas a distintos intervenientes que contribuam, entre outros objetivos, para informar/educar sobre práticas de consumo sustentável; materiais que constituem cada um dos fluxos de resíduos, e o impacte dos mesmos no ambiente e na saúde humana. Neste âmbito podemos evidenciar diversas ações promovidas no decorrer do ano 2023 pela Sociedade Ponto Verde, pela Novo Verde e pela Eletrão, enquanto entidades gestoras do sistema integrado de resíduos de embalagens (SIGRE), das quais se destacam algumas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ações destinadas à comunidade escolar:<ul style="list-style-type: none">o Academia Ponto Verde Plataforma online para dinamização e desenvolvimento de iniciativas de promoção da reciclagem de embalagens e implementação de ações, nas escolas e na comunidade, num compromisso de proteção do ambiente. Em 2024 abrangeu 200 escolas de norte a	

sul do país, impactando 7 481 alunos e mais de 400 professores e funcionários. De 2023 para 2024, o número de escolas abrangidas passou de 80 para 200 e o número de alunos impactados teve um incremento de 61,3%.

- o **Academia Ponto Verde nas praias 2024**
Atividade pedagógica realizada nas praias, em formato de jogo de tabuleiro em tamanho gigante, que se destina sobretudo a grupos de estudantes integrados em colónias de férias após o término do ano letivo, com o objetivo de ajudar a esclarecer dúvidas e ensinar boas práticas sobre a separação de resíduos, incluindo a colocação correta de embalagens nos ecopontos e a temática da reciclagem. Realizada entre 24 de junho e 29 de julho de 2024, em 25 praias na zona costeira, praias fluviais e piscinas, de norte a sul do país. Foram impactadas mais de 3 400 crianças entre os 1 e os 15 anos, registando-se um aumento de 47% face a 2023.
- o **Escola Electrão**
Campanha desenvolvida nas escolas para sensibilização para a separação de embalagens, e que inclui por exemplo a disponibilização do livro “Electrão, conheço bem muito obrigado!” e o desafio “Repórter Electrão” para desenvolvimento de trabalhos nas escolas sobre reciclagem de embalagens. Nos últimos anos foi desenvolvida em parceria com a campanha “Ecovalor” da EGF para recolha de embalagens nas escolas.
- o **Ação “TransforMAR”**
Foram desenvolvidas 18 ações de sensibilização em praia para a comunidade escolar, visando a sensibilização, comunicação e educação para a correta separação e encaminhamento de embalagens de plástico para reciclagem, e sobre o impacto dos plásticos no ecossistema marinho.
- o **Electrão Open Day**
Visita ao Centro de Triagem e de Tratamento Mecânico e Biológico da Braval, com a escola EB 2,3 de Póvoa do Lanhoso; visita à Resialentejo, com a Escola Básica de Amareleja; visita à Central de Triagem da Valorsul, com a Escola Secundária D. Dinis.
- o **Activações Electrão:**
Realização de dinâmicas, onde se incluem jogos e desafios, sobre a correta separação de embalagens, em diversos eventos, como a participação no evento “Há Festa no Parque” (município de Mafra), Festival Regenerar na Escola Aprendiz, ação do Dia do Ambiente na Novadelta em Campo Maior, com a participação de crianças do Centro Educativo, e apresentação do livro “Electrão, Conheço bem muito obrigado!” em workshops do IKEA.
- o **Movimento Faz pelo Planeta**
Movimento para identificar e apoiar projetos que promovam a educação ambiental para consumo sustentável, correta separação e deposição de embalagens de plástico, mas também projetos de limpeza de resíduos de embalagens com o intuito de proteger os ecossistemas marinhos e projetos de reciclagem dos resíduos de embalagens de plástico recolhidos.
- o **Exposição “Plástico: Reconstruir o Nosso Mundo”**
Em 2023 a Novo Verde apoiou a exposição “Plástico: Reconstruir o Nosso Mundo” no Maat, tendo efetuado visitas guiadas.
- o **Geração Verdão**
Programa de sensibilização e educação ambiental que visa contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de reciclagem em Portugal através da formação e educação das crianças em contexto escolar.

- o **BootCamp MAAT**
Em parceria com a Fundação EDP, a Novo Verde patrocinou o Bootcamp HORECA + Sustentável. A ação consistiu na identificação do melhor projeto que desse resposta aos desafios que o canal HORECA encontra atualmente na gestão de resíduo, como parte integrante de um projeto de sustentabilidade.
- o **SintrAmbiente**
Feira do Ambiente e Sustentabilidade na Quinta da Ribafria. Participação de EGs consistindo em ações de sensibilização em eventos de grande afluência como forma de dar a conhecer e incentivar comportamentos mais sustentáveis, nomeadamente ao correto depósito de resíduos de embalagens.
- Ações destinadas a todos os cidadãos:
 - o **Há Festa no Parque**
Evento da Câmara Municipal de Mafra, que celebra o Dia Mundial da Criança, contou com a presença de diversas entidades gestoras, proporcionando momentos lúdicos de diversão e aprendizagem para as crianças e famílias, sensibilizando-as para diversos temas relacionados com a proteção ambiental.
 - o **A App “Acerta e Recicla”**
Aplicação online composta por vários jogos e *Quizzes* sobre o tema da reciclagem de embalagens visando ser uma plataforma de partilha de práticas que incentivam os portugueses a reciclar mais e melhor as embalagens do dia a dia. Em 2024 esta App teve duas campanhas ativas: a 1.ª focada no Rock in Rio em maio e a 2ª na época de Natal, em dezembro. Entre as duas campanhas, contou-se um total de 82 166 pessoas a jogar, em 2024.
 - o **Revista Recicla**
Em 2024, a revista *online* “Recicla” teve mais de 640 mil utilizadores no website. Foram publicados 194 artigos dos quais 10 foram reportagens em vídeo publicados também no Youtube da SPV.
 - o **TransforMAR**
Promoção do programa TransforMAR com o objetivo de identificar e apoiar iniciativas na área da proteção e limpeza dos oceanos, transformação e reciclagem de resíduos e sensibilização e educação ambiental. Foram ainda realizadas 10 ações de sensibilização para a separação de embalagens, em praia, para toda a comunidade.
 - o **Electrão Open Day**
Visita à Valorsul com a equipa de sustentabilidade do Teatro D. Maria II e a DLA Pipper; visita à Ecoiberia com os big changers do Movimento Faz pelo Planeta.
 - o **Ação “Faz pelo Planeta”**
promoção de ação de limpeza de praia com os big changers, em Leiria, com a Brigada do Mar.
 - o **Sistema de Incentivo e Depósito**
Sensibilização e incentivo à correta separação e deposição de embalagens de plástico, com 3 máquinas em funcionamento nas lojas Lidl do concelho de Mafra.
 - o **Electrão Tailormade:**
Instalação de Ecobolas com ecopontos, construídos com embalagens de plástico reciclado, para sensibilização e correta separação dos resíduos. Realização de

- campanhas digitais (ex.: campanha IKEA), para promover a sensibilização para a correta separação de embalagens e para a gestão responsável de resíduos.
- o **Onde reciclar.pt:**
Jogo online interativo sobre reciclagem, incluindo de embalagens de plástico;
 - o **Campanhas Publicitárias Electrão:**
Campanha digital sobre onde reciclar vários tipos de embalagens de plástico e sobre os mitos associados a este material.
 - o **SIGR Electrão:**
Campanha e ações sobre reciclagem de embalagens, incluindo embalagens de plástico, no contexto da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos 2024.
 - o **“Reciclar é a Nossa Praia, *International Coastal Cleanup Day*”:**
Campanha retomada pela Novo Verde, pelo 4º ano consecutivo, em parceria com a *Sailors For The Sea Portugal*, que se realizou em 9 concelhos de norte a sul do país, durante uma semana. A iniciativa pretendeu sensibilizar comunidades locais para o impacto do seu comportamento, nos mares e oceanos, incentivando simultaneamente ao não abandono de resíduos nas suas praias.
 - o **Festivais de Verão: Festival MED, Porto Primavera Sound e Vodafone Paredes de Coura:**
Com o intuito de sensibilizar o público-alvo destes festivais, a Novo Verde esteve presente com o objetivo de alertar para a importância do correto descarte e encaminhamento do resíduo de embalagem produzido neste tipo de eventos.
 - o **Programa “Querido Mudei a Casa” na TVI:**
A Novo Verde juntou-se ao programa de televisão “Querido Mudei a Casa” para esclarecer a população para a separação e correto encaminhamento de resíduos e sensibilizar os telespectadores para a adoção de boas práticas ambientais.
 - o **Ação Vital Sport:**
Evento que visa chamar a atenção para os benefícios da atividade física e do desporto, e torná-los acessíveis ao maior número de pessoas, a Novo Verde, em parceria com a empresa Decathlon, levou a cabo ações de sensibilização e consciencialização sobre a correta separação e encaminhamento de resíduos de embalagens.
 - o **Ação “SUP Time”**
Ação de colaboração entre a Novo Verde e o Recheio Cash & Carry, para dar a conhecer ao público-alvo, de forma apelativa, clara e acessível, várias medidas da Diretiva SUP, de Plásticos de Utilização Única.
 - o **Ação “Cai Sempre Bem”**
Campanha da Novo Verde em parceria com as lojas Amanhecer, visando a sensibilização para a correta reciclagem de embalagens, reforçando a importância do consumidor no ato da deposição das mesmas nos ecopontos.
 - o **Parceria Belenenses**
Patrocínio da Novo Verde ao Clube de Futebol Os Belenenses, visando promover, por esta via, a mensagem da importância da separação e correto encaminhamento dos resíduos de embalagens.
 - o **ODE for a State of Good**
Evento de parceria LG, Novo Verde, ERP, onde foram desenvolvidas ações de sensibilização para a importância do correto descarte e separação de embalagens à população e comunidade local de uma forma didática. Para além disso, com a economia

circular como um dos pilares do evento, foram promovidas ações importantes, como a REICL'ARTE, que consiste na criação de obras de arte utilizando embalagens recicladas e respetiva premiação.

- o **Cidade do Zero**
Evento de parceria entre a EG Novo Verde e o Pingo Doce, com o objetivo de sensibilizar os cidadãos sobre as melhores práticas relacionadas com a sustentabilidade ambiente, nomeadamente o correto encaminhamento dos resíduos.
- Ações destinadas à indústria, comércio, serviços, academia e outras entidades de desenvolvimento tecnológico:
 - o **Electrão Open Day**
Visita à Maltha e Verallia com colaboradores do Electrão e outros convidados do sector; visita à TratoLixo com aderentes do Electrão
 - o **Ações "Onde Estiver, Recicle Sempre"**
Sensibilização para a separação de resíduos de embalagem, direcionada aos colaboradores das empresas clientes da SPV, bem como, ao nível da Academia (universo estudantil), através de protocolos celebrados com universidades. Em 2024, foram realizadas 61 ações em clientes da SPV e 20 ações noutros parceiros como as universidades, totalizando 81 ações e 6.436 pessoas impactadas.
 - o **Movimento "Faz pelo Planeta"**
Em 2024, esta campanha abrangeu também as empresas que se destacam pelas suas práticas ambientais, nomeadamente em termos de programas de gestão de resíduos e sensibilização dos colaboradores para o correto encaminhamento dos diferentes tipos de resíduos – incluindo embalagens – para reciclagem.
 - o **Webinar "Boas Práticas Rumo à Circularidade"**
Ação de I&D "Negócios com Mais Valor, realizada no âmbito do Pacto Português para os Plásticos, e visando o desenvolvimento da rede de recolha própria.
 - o **XIV Encontro Nacional de Gestão de Resíduos – APEMETA**
Ações de sensibilização diversas, realizadas no âmbito do evento, dando a conhecer e incentivando comportamentos mais sustentáveis, nomeadamente, o correto depósito de resíduos de embalagens.
 - o **Separação de Embalagens da Limpeza Urbana**
Ações de Formação da Eletrão, destinadas às autarquias locais para sensibilização do potencial de valorização de embalagens na Limpeza Urbana com apresentação dos resultados do projeto e Sessões de apresentação dos resultados do piloto à Câmara Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesia, Lisboa eNOVA e SGR.
 - o **Ação de I&D: Observatório dos Plásticos:**
Esta iniciativa setorial, conta com a APIP como parceiro, e pretende desenvolver um inquérito anual à indústria de reciclagem e transformadora de plásticos, permitindo ser um contributo claro e objetivo para a obtenção de dados fidedignos sobre as quantidades de resíduos processados e reciclados produzidos, por polímero, bem como sobre a sua incorporação em novos produtos, entre outra informação relevante (ex.: níveis de reciclabilidade).
- **Outro tipo de ações:**

- o **Pacto Português para o Plástico:**
Iniciativa coordenada pela Associação Smart Waste, com a participação de entidades parceiras envolvidas na cadeia de valor dos plásticos nacional, aos diversos níveis, o Pacto Português para os Plásticos propõe-se atingir Metas ambiciosas até 2025. Foram realizadas inúmeras reuniões de Grupos de Trabalho (GT): O GT da Reciclagem e 100% Reciclável, GT Materiais Alternativos e ACV, GT Novos Modelos de Negócio, GT Papel.
- o **Better Plastics:**
O projeto 'Better Plastics: Plastics in a Circular Economy', constitui-se como um projeto estratégico do Sector dos Plásticos em Portugal, alavancando a transição do setor rumo a uma economia mais circular e neutra em carbono. Surgindo de uma iniciativa da APIP – Associação Portuguesa da Indústria dos Plásticos, permite mobilizar o sector privado juntamente com as autoridades nacionais, as universidades e os cidadãos, contribuindo para atingir os objetivos europeus em matéria de Economia Circular, redução das emissões de gases com efeito estufa, maior eficiência de recursos e criação de emprego

2. Identificação das medidas regulamentares aplicáveis

No âmbito das ações regulamentares sobre embalagens foram identificadas 7 ações em 2023/2024, abaixo indicadas.

Decreto-Lei n.º 24/2024, de 26 de março - Altera o Regime Unificado de Fluxos Específicos (UNILEX), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, aditando uma secção dedicada à regulação do Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) de embalagens de bebidas não reutilizáveis, instituído pela Lei n.º 69/2018, de 26 de dezembro. A concretização das regras aplicáveis a este sistema vai ao encontro da Diretiva (UE) 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho de 2019, relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente. Cria ainda as condições para a atribuição de novas funções à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, em matéria de determinação dos valores de contrapartida e do mecanismo de alocação e compensação do fluxo específico de embalagens e resíduos de embalagens.

Decreto-Lei n.º 78/2021, de 24 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 83/2022 – Estabelece que a partir de 1 de julho de 2024, só podem ser colocados no mercado os recipientes de plástico de utilização única para bebidas com capacidade inferior a três litros (garrafas e embalagens compósitas para bebidas, incluindo as suas cápsulas e tampas), se essas cápsulas e tampas permanecerem fixadas aos recipientes durante a fase de utilização prevista do produto.

Despacho n.º 12876-A/2024, de 29 de outubro - Aprova o modelo de cálculo e determina os valores das contrapartidas financeiras pela recolha seletiva de resíduos de embalagem e triagem ou apenas pela triagem, a aplicar a partir de 1 de janeiro de 2025.

Despacho n.º 10278/2024, de 30 de agosto - Determina os valores das contrapartidas financeiras pela recolha seletiva de resíduos de embalagem e triagem ou apenas pela triagem, a aplicar de 1 de setembro a 31 de dezembro de 2024.

Despacho n.º 7167-C/2024, de 28 de junho - Determina os valores das contrapartidas financeiras da recolha seletiva de resíduos de embalagens e respetiva triagem aplicáveis de 1 de julho a 31 de dezembro de 2024.

Decreto-Lei n.º 34/2024, de 17 de maio - Altera o regime de licenciamento do sistema de depósito e reembolso de embalagens de bebidas não reutilizáveis, alterando o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, e o Decreto-Lei n.º 24/2024, de 26 de março.

Despacho n.º 13288-C/2023, de 29 de dezembro - Economia e Mar e Ambiente e Ação Climática - Gabinetes dos Secretários de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e do Ambiente. Prorroga até 30 de junho de 2024 os valores das contrapartidas financeiras devidos pela recolha seletiva de resíduos de embalagem e respetiva triagem, a pagar pelas entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos.

Entidade: APA

Referências bibliográficas:

1. Global Burden of Disease Collaborative Network. Global Burden of Disease Study 2021 (GBD 2021). Seattle, United States: Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME), 2024.
2. Instituto Nacional de Estatística. Destaque - Mais de metade da população adulta com excesso de peso ou obesidade. 2025. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=715553521&att_display=n&att_download=y.
3. Ana Rito, Mendes S, Figueira I, Carvalho R, Santos T, Cardoso S, et al. Childhood Obesity Surveillance Initiative. COSI Portugal 2022. Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge; 2023. Disponível em: <http://repositorio.insa.pt/handle/10400.18/8630>.
4. Harris WS, Schacky Cv. The Omega-3 Index: a new risk factor for death from coronary heart disease? Prev Med. 2004; 39:212– 20.
5. Instituto Nacional de Estatística. Balança Alimentar Portuguesa - 2016 - 2020. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I. P.; 2021. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=437140067&PUBLICACOESmodo=2.
6. Gregório MJ, Sousa SMD, Chkoniya V, Graça P. Estudo de adesão ao padrão alimentar mediterrânico. Lisboa: Direção Geral da Saúde; 2020. Disponível em: <https://nutrimento.pt/activeapp/wp-content/uploads/2020/10/Estudo-de-adesão-ao-padrão-alimentar-mediterrânico.pdf>.
7. Mendonça N, Gregório MJ, Salvador C, Henriques AR, Canhão H, Rodrigues AM. Low Adherence to the Mediterranean Diet Is Associated with Poor Socioeconomic Status and Younger Age: A Cross-Sectional Analysis of the EpiDoC Cohort. Nutrients. 2022; 14(6):1239.
8. Instituto Nacional de Estatística (INE). Taxa de prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa (%) da população residente; Anual. Portal do INE. 2025. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011826&contexto=bd&selTab=tab2.

9. Lopes C, Torres D, Oliveira A, Severo M, Alarcão V, Guiomar S, et al. Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física, IAN-AF 2015-2016: Relatório de resultados. Universidade do Porto; 2017.
10. Ministério da Saúde, Direção Geral da Saúde. Redução do Teor de Sal e Açúcar nos Alimentos I Relatório Final da Reformulação dos Produtos Alimentares em Portugal 2018-2023. Lisboa: Direção-Geral da Saúde. 2025 [Não publicado].
11. Instituto Nacional de Estatística. Destaque - Estatísticas Agrícolas 2023. 2024. Disponível em:https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=677965781&att_display=n&att_download=y.

Medida 3.1 Elaborar relatório periódico com indicadores relativos às medidas do Eixo 3

PAC	Manutenção da atividade produtiva em todas as regiões, assegurando a resiliência agrícola, a ocupação e vitalidade das zonas rurais										
Indicadores											
1. Grau de organização da produção em organizações de produtores nos setores das frutas e produtos hortícolas, dos cereais e das carnes											
<p>O regime de reconhecimento das organizações de produtores (OP) em Portugal é regulado pela Portaria n.º 298/2019, de 9 de setembro.</p> <p>Este regime visa promover a organização da produção, com vista a reforçar a posição negocial dos produtores na cadeia de abastecimento e de valor agroalimentar, por via da concentração da oferta. Este tipo de organização traduz-se numa economia de escala, com ganhos para os produtores a vários níveis. Entre as principais vantagens que este regime introduz, destacam-se a redução dos custos de produção, o acesso a aconselhamento e meios técnicos, a facilitação do acesso a financiamento, tecnologias e canais comerciais, e a alguns mecanismos de salvaguarda do rendimento em condições adversas.</p> <p>A par dos benefícios que este tipo de organização representa para a produção, afeta também positivamente toda a cadeia de abastecimento agroalimentar, nomeadamente, ao permitir aos outros operadores trabalhar com menos fornecedores e criar uma maior capacidade de adaptação às tendências de mercado.</p> <p>Em Portugal, em 2023, havia 124 OP reconhecidas, das quais 93 para os setores das carnes, cereais, das frutas e produtos hortícolas e leite.</p> <p>Apesar do número de OP reconhecidas apresentar uma tendência de decréscimo nos últimos anos, outros indicadores sugerem que embora existam menos OP reconhecidas, as que permanecem são mais resilientes.</p>											
	<table border="1"><thead><tr><th></th><th>2020</th><th>2021</th><th>2022</th><th>2023</th></tr></thead><tbody><tr><td>OP reconhecidas</td><td>128</td><td>126</td><td>124</td><td>124</td></tr></tbody></table>		2020	2021	2022	2023	OP reconhecidas	128	126	124	124
	2020	2021	2022	2023							
OP reconhecidas	128	126	124	124							
Tabela 1 – Evolução do n.º de OP reconhecidas											
<p>Os setores das carnes, cereais¹⁴, das frutas e produtos hortícolas e leite também acompanhou esta tendência de diminuição do número de OP reconhecidas até 2022, essencialmente devido ao setor das frutas e hortícolas. Em 2023, apesar do setor da carne de bovino ter perdido um reconhecimento, o aumento do número de OP reconhecidas nos setores dos cereais e das frutas e hortícolas provocou a inversão desta tendência.</p>											

¹⁴ O setor dos cereais inclui os cereais praganosos, milho e semente de oleaginosas e proteaginosas. O arroz não está incluído neste setor.

	2020	2021	2022	2023
Carne de bovino	9	8	8	7
Carne de suíno	6	6	6	6
Carne de ovino e caprino	3	3	3	3
Cereais	14	14	14	15
Frutas e produtos hortícolas	57	54	53	55
Leite e produtos lácteos de vaca	4	5	5	5
Total	93	90	89	91

Tabela 2 – Evolução do n.º de OP reconhecidas em certos setores

Os setores dos cereais e das frutas e produtos hortícolas são aqueles que apresentavam em 2023 maior número de reconhecimentos ativos, representando, em conjunto, 56% de todas as OP reconhecidas. O setor dos ovinos e caprinos é o que tem menor expressão em termos de reconhecimento.

O grau de organização dos setores representa o peso que a produção organizada representa na produção nacional, em valor.

Na tabela seguinte é possível observar que para os setores indicados, o grau de organização se tem mantido relativamente estável entre 2020 e 2023, com exceção do setor dos cereais, cujo grau de organização cresceu 10% em 2023. Os setores da produção animal mantêm um baixo grau de organização, com exceção do setor da carne de suíno, que cresceu ligeiramente em 2023, atingindo os 32%.

Para o setor da carne de ovino e caprino não é possível apresentar dados, já que se encontra sujeito a segredo estatístico.¹⁵

	2020	2021	2022	2023
Carne de bovino	4%	4%	4%	3%
Carne de suíno	30%	29%	30%	32%
Cereais	30%	29%	25%	35%
Frutas e produtos hortícolas	21%	19%	21%	21%
Leite e produtos lácteos de vaca	39%	40%	42%	43%

Tabela 3 – Evolução do n.º de OP reconhecidas em certos setores

Os dados apresentados relativos às organizações de produtores foram obtidos a partir dos relatórios anuais que as OP apresentam ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP, I.P.). Os dados da produção nacional foram obtidos a partir das Contas Económicas da Agricultura (CEA), publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, IP), sendo os dados de 2023 ainda valores provisórios.

¹⁵ Apesar de ter 3 OP reconhecidas, 2 são do mesmo operador, pelo que se aplica o segredo estatístico.

2. Número de setores principais da produção agroalimentar com organização interprofissional reconhecida

As Organizações Interprofissionais são organizações sem fins lucrativos reconhecidas pela tutela da Agricultura, mediante parecer técnico do GPP. Rege-se pelos seguintes diplomas:

1. [Lei nº 123/97](#), de 13 de novembro - Estabelece as bases do interprofissionalismo agroalimentar
2. [Portaria nº 967/98](#), de 12 de novembro - Estabelece as regras de aplicação do regime de reconhecimento das organizações interprofissionais. Alterada por:
[Portaria nº 35/2008](#), de 11 de janeiro
3. [Decreto-Lei nº 376/98](#) de 24 de novembro - Estabelece a representatividade das organizações de âmbito nacional ou de âmbito regional ou local, por fileira agroalimentar e para cada estágio dessa fileira, para aderirem às organizações interprofissionais quando estiver em causa um produto específico

São constituídas por estruturas representativas das atividades económicas ligadas à produção e a, pelo menos, uma das seguintes fases da cadeia de abastecimento: a transformação ou a comercialização, incluindo a distribuição de produtos agroalimentares (podem ainda incluir representantes dos consumidores).

Têm como objetivos principais:

- ✓ Contribuir para um melhor conhecimento e transparência da produção e do mercado, designadamente através da publicação de informação estatística agregada (custos de produção, preços, índices de preços, volume e duração dos contratos celebrados) e da análise de tendências;
- ✓ Prever o potencial da produção e registar os preços nos mercados públicos;
- ✓ Contribuir para o estabelecimento das relações contratuais entre os agentes económicos e elaborar contratos-tipo compatíveis com as regras da UE;
- ✓ Promover programas de investigação/ inovação e desenvolvimento, com vista a obter maior valorização do potencial dos produtos e melhores adaptações às necessidades dos mercados;
- ✓ Explorar potenciais mercados de exportação e desenvolver ações de promoção de produtos agroalimentares nos mercados interno e externo;
- ✓ Incentivar/contribuir para assegurar controlos sanitários e de qualidade ao nível da produção, da transformação e do acondicionamento do produto final;
- ✓ Contribuir para a defesa do ambiente, através da implantação de soluções que conjuguem óticas de sustentabilidade económica e ambiental;
- ✓ Desenvolver ações tendentes a garantir um equilíbrio adequado da oferta e da procura no setor respetivo;
- ✓ Contribuir para a certificação do produto final, promovendo a agricultura biológica e as denominações de origem, as marcas de qualidade e as indicações geográficas

A primeira OI a ser reconhecida foi no setor do leite e produtos lácteos em 2008.

Atualmente encontram-se reconhecidas 5 OI representando os setores do Leite e Produtos Lácteos, do Arroz, do Vinho, do Azeite, da Azeitona e seus derivados, e da Carne de Porco.

Assim temos:

ALIP - Associação Interprofissional do Leite e Lacticínios (2008)

CASA DO ARROZ - Associação Interprofissional do Arroz (2012)
VINIPORTUGAL - Associação Interprofissional para Promoção dos Vinhos Portugueses (2015)
AIFO - Associação Interprofissional da Fileira Olivícola (2015)
FILPORC - Associação Interprofissional da Fileira da Carne de Porco (2019)

Entidade: GPP

ENM

Implementar Roteiros Nacionais para a aquicultura offshore e de recirculação, estimulando atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação orientadas para oferta de soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento de sistemas de aquicultura offshore e de recirculação.

Apostar na valorização de produtos e coprodutos resultantes da pesca e da aquicultura, promovendo a circularidade, a eficiência e valorização dos subprodutos, bem como a certificação da sua sustentabilidade.

Fomentar a valorização do pescado pela aposta continuada na inovação, na melhoria das condições de trabalho a bordo, na segurança, na eficiência energética, no acondicionamento e na rastreabilidade molecular da origem do pescado.

Reconverter a pesca nacional até 2030 num dos setores mais sustentáveis e de baixo impacto a nível mundial, estimulando a afetação de subsídios à promoção da pesca sustentável e eliminando os subsídios prejudiciais à conservação do ambiente marinho.

Reforçar a utilização de artes de pesca seletivas, biodegradáveis e de baixo impacto sobre os ecossistemas e sobre as espécies mais vulneráveis às capturas acidentais.

Promover a investigação aplicada e o melhor conhecimento científico do estado dos recursos e dos valores naturais através de um trabalho conjunto de cientistas, pescadores e indústria, para garantir a gestão dos recursos equilibrada tendo em conta os pilares ambiental, económico e social da atividade da pesca.

Criar incentivos à introdução de tecnologias de produção inovadoras e mais eficientes na aquicultura e de novos sistemas de operação e controlo, em particular, os que viabilizem operações remotas e digitais de manutenção das infraestruturas e da produção.

Privilegiar o desenvolvimento da aquicultura sustentável e circular, quer em mar aberto quer em águas de transição e interiores, e estimular a produção multitrófica e em circuito fechado.

Continuar a apostar na inovação de produtos, processos e mercados e na oferta diversificada de produtos do mar (selvagem e de aquicultura) de alta qualidade.

Fomentar os circuitos curtos de comercialização de pescado, de proximidade, privilegiando o acesso direto do consumidor.

	<p>Estender a todo o país as lotas 4.0 e a lota móvel, aumentando o apoio às pequenas comunidades piscatórias. Desenvolver métodos inovadores para garantir a segurança dos produtos da pesca e aquicultura, antes da sua transformação.</p> <p>Estabelecer como um dos seus principais objetivos estratégicos a implementação de um sistema de gestão da segurança alimentar certificado pela norma ISO 22000. Esta norma estabelece requisitos para sistemas de gestão da segurança alimentar baseados nos princípios do HACCP e na integração de boas práticas ao longo da cadeia alimentar. A sua aplicação às lotas, enquanto infraestruturas essenciais para a receção e comercialização de pescado, assegura elevados padrões de segurança alimentar e rastreabilidade no pescado português. Investindo na certificação progressiva das suas infraestruturas, num esforço alinhado com a modernização dos equipamentos, a formação dos trabalhadores e a adoção de sistemas de controlo robustos. Em 2025, 15 destas lotas já se encontram certificadas pela norma ISO 22000, refletindo uma aposta clara na valorização do pescado e na promoção de boas práticas</p>
--	---

Indicadores

1. Privilegiar o desenvolvimento da aquicultura sustentável e circular, quer em mar aberto quer em águas de transição e interiores, e estimular a produção em circuito fechado:

1.1 Evolução da produção aquícola nacional

2022/23 – 11,0%

Ao longo dos últimos anos a produção aquícola nacional aumentou, tendo evoluído de 9 561 toneladas em 2015 para 20 872 toneladas em 2023, representando um valor de 205,9 milhões de euros s (159,8 milhões de euros em 2022), ou seja, um acréscimo de 28,9%.

A estrutura da aquicultura em Portugal mostra que a produção em águas de transição e marinhas (20 564 toneladas em 2023) é predominante, representando a 98,5% do total produzido.

Em termos dos regimes de exploração, a produção de aquicultura em águas interiores (308 toneladas) permaneceu exclusivamente intensiva.

Na aquicultura praticada em águas marinhas e de transição, o regime extensivo contabilizou 58,5% do total em 2023. A sua representatividade aumentou cerca de 10 p.p. (48,1% do total em 2022). Pelo contrário, o regime intensivo (31,5% do total) e o regime semi-intensivo (10,0% do total) perderam alguma expressividade face ao ano anterior (-2,5 p.p. e -7,9 p.p., respetivamente). Estas alterações ficaram a dever-se a novos licenciamentos e atualizações de regime por parte dos estabelecimentos.

A produção de peixes em águas de transição e marinhas aumentou 3,5%, tendo representado 40,9% da produção total, face a 43,9% em 2022.

A produção de moluscos em aquicultura aumentou 17,7%, tendo representado 57,3% da produção total aquícola, face a 53,9% em 2022.

A aquicultura em águas interiores contribuiu com 1,5% do total da produção aquícola em 2023, tendo sido inferior à de 2022 em 25,6%, com 308 toneladas, constituídas quase exclusivamente por trutas. De facto, 2023 foi um ano de seca, o que provocou um decréscimo acentuado do nível das águas em várias albufeiras, onde se situam algumas estruturas de produção de trutas.

No final de 2023 existiam 1 307 estabelecimentos licenciados em aquicultura para águas interiores, marinhas e de transição, mais 17 unidades do que em 2022, balanço gerado por 11 viveiros, 8 tanques e 1 flutuante adicionais, enquanto o número de unidades de reprodução se viu reduzido em 3, face ao ano anterior.

Em termos de área total licenciada, registou-se um aumento de 42,2%, que resultou num acréscimo da dimensão média em cerca de 40%, atingindo 3,6 hectares por estabelecimento aquícola (2,5 hectares em 2022).

Considerando o esforço já realizado com vista ao ordenamento do espaço marítimo, nomeadamente com a utilização e criação de áreas de produção aquícola em mar aberto, bem como o ordenamento em zonas estuarino-lagunares com a utilização de áreas com aptidão aquícola. A aquicultura nacional apresenta um forte potencial de crescimento nos próximos anos.

Perspetivando-se, como objetivo quantificado para o horizonte temporal 2021-2030, conforme o disposto na Agenda 3 da Estratégia de Portugal 2030, alcançar, atingir ou mesmo superar, durante este período de programação, uma produção de 25 000 toneladas.

1.2 Percentagem da produção aquícola associada aos RAS em relação à produção aquícola nacional

2023 – 19%

As características das unidades produtivas em regime de recirculação (RAS) respeitam a legislação ambiental vigente com o objetivo de torná-las integráveis no ambiente e terem impacto reduzido no mesmo, em particular quando é utilizada tecnologia de recirculação.

O sistema fechado de recirculação de água (RAS) melhora substancialmente a qualidade da água e do efluente, pois é mais eficiente na remoção dos poluentes orgânicos, reduzindo o consumo de água, melhorando o bem-estar animal, reduzindo o risco de doenças, aumentando a produtividade do estabelecimento, permitindo um planeamento exato da produção do mesmo e diminuindo o impacto ambiental.

Em sistema RAS são produzidos peixes planos (pregado e linguado), representando 19% da produção aquícola nacional em 2023. Acresce referir que se encontram em fase de desenvolvimento e instalação novos projetos aquícolas com a utilização deste sistema.

No sistema RAS, incentiva-se a utilização de fontes de energias renováveis, como painéis solares e energia eólica. No decorrer de 2023 foram promovidos avisos direcionados aos investimentos no âmbito da transição energética com vista à eficiência e eficácia na utilização de energias renováveis.

2. Promove um sistema alimentar sustentável, saudável e seguro. Ao monitorizar anualmente o número de lotas certificadas pela ISO 22000, a Docapesca contribui para a avaliação do grau de implementação das medidas de segurança alimentar previstas na estratégia, oferecendo evidência concreta do alinhamento institucional com os objetivos nacionais. Para garantir a gestão dos recursos equilibrada tendo em conta os pilares ambiental, económico e social da atividade da pesca:

N.º anual de m³ de lixo recuperado:

2023 – 1.914 m³

2024 – 1.775 m³

N.º anual de embarcações registadas no mar sem lixo:

2023 – 880 embarcações

2024 – 920 embarcações

Embalagens recuperadas/Lixo indiferenciado

Em 2023 – foram recuperadas 745 m³ embalagens e 1.169 m³ de lixo indiferenciado

Em 2024 – foram recuperadas 956 m³ embalagens e 819 m³ de lixo indiferenciado

Avaliar a implementação de sistemas de gestão da segurança alimentar nas lotas em Portugal Continental, assegurando a adesão às práticas internacionais de segurança alimentar e contribuindo para a rastreabilidade e segurança do pescado na primeira venda.

Evolução do indicador nos últimos anos:

2023 – 13 lotas certificadas

2024 – 15 lotas certificadas

Meta: 1 lota certificada por ano

Entidade: IPMA, DGRM e Docapesca

PARCA	Implementação do Código de Boas Práticas na cadeia agroalimentar
Indicadores	
1. N.º de empresas/agentes económicos aderentes por segmento da cadeia	
<p>São 45 empresas as aderentes ao Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar (CdBPC) cobrindo os diferentes segmentos da Cadeia Agroalimentar:</p> <p>9- Agricultura 21- Indústria Transformadora 6 – Comércio Grossista 9- Comércio Retalhista</p> <p>Os números apresentados não conheceram qualquer evolução nos últimos anos.</p> <p>O Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar é o resultado de um compromisso entre 6 grupos de interesses a nível nacional, representativos de todos os elos da cadeia agroalimentar: A APED; CAP; CCP; CIP; CNA e CONFAGRI. O Código tem como objetivo a melhoria do relacionamento comercial entre agentes económicos, fundamental para assegurar um desejável equilíbrio e cooperação entre as partes, não apenas em defesa dos seus interesses, mas também em defesa dos interesses dos consumidores.</p> <p>O Código visa também assegurar que a resolução de litígios seja abordada de forma leal e transparente, através da criação de um mecanismo eficaz de resolução de litígios entre as associadas das Partes Subscritoras.</p>	
2. Nº reuniões PARCA/ano e nº subgrupos de trabalho criados ou subcomissões para resolução de crises em setores específicos na cadeia agroalimentar (Ex: Suínos, Leite, etc.)	
<p>A PARCA criada através do Despacho nº 15480/2011 de 15 de novembro; alterado pelo Despacho n.º 7707/2015, de 6 de julho e pelo Despacho n.º 4999/2023, de 17 de abril, visa promover a análise das relações entre os setores de produção, transformação e distribuição de produtos agrícolas, com vista ao fomento da equidade e do equilíbrio na cadeia alimentar.</p> <p>Nº Reuniões PARCA (2021) – 2 Nº Reuniões da Subcomissão específica do setor Leite e produtos lácteos (Despacho nº 8819/2021 de 7 de setembro) – 5 Nº Reuniões PARCA (2022) – 2 Nº Reuniões PARCA (2023) – 3 Nº Reuniões PARCA (2024) – 1</p>	
3. Acordos voluntários ou existência de Código de Boas Práticas no setor	
<p>O Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar é o resultado de um compromisso entre 6 grupos de interesses a nível nacional, representativos de todos os elos da cadeia agroalimentar, foi subscrito e assinado em Dezembro de 2016, inspirado no homólogo Europeu (2013), o qual foi entretanto foi descontinuado.</p> <p>Ver mais em http://www.boaspraticas.pt/sobre-o-codigo</p>	

Entidade: GPP

ENCDA

Desenvolver o sistema de medição do desperdício nas diferentes fases da cadeia

Indicadores

1. Nível anual de redução do desperdício alimentar, por segmento da cadeia, face ao ano 2020 (a medir a partir de 2020 em diante)

O combate ao desperdício alimentar em Portugal tem o seu enquadramento institucional através do [Despacho 14202-B/2016 de 25 de novembro de 2016](#) que procede á criação da Comissão Nacional e a sua Estratégia Nacional (ENCDA) e respetivo Plano de Ação (PACDA) que decorre da [RCM nº 46/2018 de 5 de abril](#).

Uma das medidas contempladas no plano de ação contemplava o desenvolvimento de uma metodologia para o cálculo do desperdício alimentar nas diferentes fases da cadeia agroalimentar (medida 12). Este trabalho foi desenvolvido pelo INE e permitiu a publicação em 2022 dos primeiros dados oficiais sobre o desperdício alimentar (referentes a 2020). Na tabela seguinte apresentam-se os dados oficiais do desperdício alimentar entre 2020 e 2022.

Elo da Cadeia	2020		2021		2022		2023	
	(t)	%	(t)	%	(t)	%	(t)	%
Produção primária	101 388	6%	131 211	7%	110 980	6%	131 266	7%
Indústria alimentar	61 719	3%	75 257	4%	64 572	3%	55 811	3%
Comércio e distribuição alimentar	214 233	12%	224 838	12%	227 908	12%	232 420	12%
Restauração, hotelaria e similares	161 399	9%	162 903	9%	220 493	11%	223 067	12%
Famílias	1 273 572	70%	1 285 442	68%	1 302 531	68%	1 290 330	67%
Total	1 812 311	100%	1 879 652	100%	1 926 484	100%	1 932 893	100%

Fonte: INE. Desperdício alimentar (t) por Elos da cadeia de abastecimento alimentar; Anual; 2020-2023, dados para Portugal extraídos em 08/07/2025

Relativamente ao nível anual total do desperdício alimentar em Portugal os dados de 2023, publicados em junho de 2025, ainda que provisórios, traduzem uma ligeira redução em cerca de 0,7 % face ao ano de 2022, tendo sido desperdiçadas cerca de 1,93 milhões de toneladas de produtos. Em 2023, o desperdício alimentar anual por habitante registou uma ligeira redução para 182,7 kg/hab., face aos 184,0 kg/hab. observados em 2022, invertendo a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores. Entre 2022 e 2023, a distribuição percentual do desperdício alimentar pelos elos da cadeia manteve-se relativamente estável, com ligeiras variações. O peso das famílias continuou a ser o mais expressivo, embora tenha diminuído ligeiramente de 68% para 67%. A produção primária aumentou de 6% para 7%, refletindo um crescimento também em termos absolutos. A restauração, hotelaria e similares subiu de 11% para 12%, enquanto a indústria alimentar manteve-se estável nos 3%. O comércio e distribuição alimentar permaneceu igualmente constante nos 12%.

2. Número selos atribuídos no âmbito da Medida 6 - Identificar Boas Práticas de Combate ao Desperdício Alimentar da PACDA

Desde a implementação desta ação, em meados de 2021, foram atribuídos um total de 50 selos até 31 de dezembro de 2024, das quais 30 se encontram credenciados.

Face a dezembro de 2023, verifica-se uma redução de cerca de 27% de candidaturas aprovadas, face às 41 candidaturas anteriormente registadas. De referir que no relatório

anterior foram indicadas 42 candidaturas registadas, sendo que após revisão, verifica-se que o número de candidaturas efetivamente registadas correspondem a 41.

Os selos podem ser atribuídos para um evento pontual ou até 3 anos.

A 31.12.2024 encontravam-se atribuídos 30 selos.

A publicitação das entidades é assegurada no website da CNCDA, através da publicação de uma listagem das entidades a quem o Selo “Produção Sustentável, Consumo Responsável” foi atribuído.

3. Número de iniciativas de Boas Práticas publicadas no site institucional da CNCDA em www.cncda.gov.pt

No âmbito da medida 6 da estratégia, foram publicadas no website institucional da CNCDA cerca de 20 iniciativas, exemplificativas de boas práticas de combate ao desperdício alimentar. Contudo, esta iniciativa foi descontinuada.

4. Dados da Medida 11 do PACDA, ao nível do protocolo estabelecido com a APED para “Promover locais específicos para venda de produtos em risco de desperdício”

A criação de um circuito alternativo para produtos em risco de desperdício foi um dos objetivos da CNCDA, tendo sido operacionalizado para o retalho através do estabelecimento de um acordo voluntário com este setor. O acordo, estabelecido entre vários membros CNCDA e a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), previa a implementação de condições que promovessem a venda de produtos com data de validade próxima do seu termo, que por esse motivo se encontravam em risco de desperdício, criando locais específicos em loja para a sua colocação. Estes produtos são identificados com uma etiqueta específica, de cor diferente para alertar o consumidor, e colocados à venda a um preço mais baixo. Este acordo previa ainda o acompanhamento da medida, através da monitorização dos produtos assim vendidos, e a realização de uma [campanha](#) dirigida aos consumidores, para esclarecer sobre as diferenças entre as menções “Consumir até” e “Consumir de preferência antes de”. A APED continua a monitorizar as quantidades de produtos escoados através deste circuito, sem prejuízo dos seus associados também doarem os alimentos não vendidos a Instituições Particulares de Solidariedade (IPSS), para que estas os façam chegar a pessoas que deles necessitem.

	2020	2021	2022	2023	2024
N.º lojas abrangidas	1800	2604	2676	2571	2385
Desperdício evitado (10 ³ ton.)	12	24	26	27	26
Doações a IPSS (10 ³ ton.)	18,5	N/D	27	25	27,6

Apesar do número de lojas aderentes ao acordo ter diminuído, bem como as doações, o desperdício evitado através deste circuito manteve-se na mesma ordem de grandeza.

Entidade: GPP e APED

<p>PAEC</p>	<p>O Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) pretende contribuir para a concretização de objetivos definidos em diferentes planos e estratégias que visam a transição para uma economia mais circular, na qual o valor dos produtos, dos materiais e dos recursos é mantido em circulação durante o maior tempo possível, a extração de materiais e a produção de resíduos é minimizada.</p> <p>O primeiro PAEC nacional foi aprovado em dezembro de 2017 (RCM n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro) e a estrutura do documento seguiu uma abordagem tripartida assente em 7 ações macro/nacionais, meso (ou setoriais) e micro (ou regionais/locais), que contribuem igualmente para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 das Nações Unidas.</p> <p>As ações macro, de âmbito estrutural, visam produzir efeitos transversais e sistémicos que potenciem a apropriação de princípios da economia circular pela sociedade.</p> <p>No caso particular da ação 4 – Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável (Consumo – Resíduos, subprodutos e matérias-primas secundárias) foram definidos os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer e monitorizar a realidade nacional em matéria de desperdício alimentar na cadeia de valor; • Diminuir a produção de resíduos orgânicos e aumentar a produtividade da cadeia de valor, sobretudo dos setores ligados à indústria alimentar, contribuindo para a conservação dos recursos naturais; • Contribuir para a educação do produtor/consumidor. <p>Os setores-chave abrangidos por esta ação são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção agrícola, agroindústria, pesca, aquicultura e indústria de pescado; • Distribuição, retalho e canal HORECA; • Municípios, sociedade civil e consumidor. <p>Conforme o relatório de Balanço das Atividades do PAEC 2017-2020 e dos resultados alcançados entre 2018 e 2020, a ação 4 registou uma taxa de concretização de 86% (6 orientações das 7 preconizadas). A única orientação não concretizada refere-se à revisão da legislação associada à doação de bens alimentares em articulação com as orientações europeias (C(2017) 6872 final). Para colmatar esta situação, está previsto na agenda setorial Agroalimentar do novo PAEC 2030, que aguarda publicação, uma ação específica que visa agilizar o processo de doação de bens alimentares através da revisão da legislação</p>
-------------	---

	<p>respetiva e da eventual simplificação e digitalização do processo, salvaguardando a segurança alimentar.</p> <p>No novo ciclo do PAEC, estão previstas outras ações que se antecipam terem impacto no âmbito do Eixo 3 da ENSANP, designadamente o premiar de boas práticas “zero desperdício” (p.e. no retalho), a realização de estudos para otimização de cadeias de abastecimento ou a adoção de requisitos de circularidade no sistema de classificação dos empreendimentos turísticos que contribuam para o combate ao desperdício alimentar.</p>
--	--

Indicadores

1. N.º de ações regulamentares

No âmbito das ações regulamentares sobre embalagens, foram identificadas 7 ações em 2024, abaixo indicadas:

Decreto-Lei n.º 24/2024, de 26 de março - Altera o Regime Unificado de Fluxos Específicos (UNILEX), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, aditando uma secção dedicada à regulação do Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) de embalagens de bebidas não reutilizáveis, instituído pela Lei n.º 69/2018, de 26 de dezembro. A concretização das regras aplicáveis a este sistema vai ao encontro da Diretiva (UE) 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho de 2019, relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente. Cria ainda as condições para a atribuição de novas funções à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, em matéria de determinação dos valores de contrapartida e do mecanismo de alocação e compensação do fluxo específico de embalagens e resíduos de embalagens.

Decreto-Lei n.º 78/2021, de 24 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 83/2022 – Estabelece que, a partir de 1 de julho de 2024, só podem ser colocados no mercado os recipientes de plástico de utilização única para bebidas com capacidade inferior a três litros (garrafas e embalagens compósitas para bebidas, incluindo as suas cápsulas e tampas), se essas cápsulas e tampas permanecerem fixadas aos recipientes durante a fase de utilização prevista do produto.

Despacho n.º 12876-A/2024, de 29 de outubro - Aprova o modelo de cálculo e determina os valores das contrapartidas financeiras pela recolha seletiva de resíduos de embalagem e triagem ou apenas pela triagem, a aplicar a partir de 1 de janeiro de 2025.

Despacho n.º 10278/2024, de 30 de agosto - Determina os valores das contrapartidas financeiras pela recolha seletiva de resíduos de embalagem e triagem ou apenas pela triagem, a aplicar de 1 de setembro a 31 de dezembro de 2024.

Despacho n.º 7167-C/2024, de 28 de junho - Determina os valores das contrapartidas financeiras da recolha seletiva de resíduos de embalagens e respetiva triagem, aplicáveis de 1 de julho a 31 de dezembro de 2024.

Decreto-Lei n.º 34/2024, de 17 de maio - Altera o regime de licenciamento do sistema de depósito e reembolso de embalagens de bebidas não reutilizáveis, alterando o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, e o Decreto-Lei n.º 24/2024, de 26 de março.

Despacho n.º 13288-C/2023, de 29 de dezembro - Economia e Mar e Ambiente e Ação Climática - Gabinetes dos Secretários de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e do

Ambiente. Prorroga, até 30 de junho de 2024, os valores das contrapartidas financeiras devidos pela recolha seletiva de resíduos de embalagem e respetiva triagem, a pagar pelas entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos.

2. N.º de ações de comunicação e divulgação

As ações desenvolvidas de comunicação e divulgação sobre embalagens abordam a problemática de uma forma abrangente, visando a sensibilização e adoção de comportamentos mais sustentáveis, bem como o cumprimento da legislação aplicável.

No decorrer do ano 2024, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. promoveu sessões de esclarecimento relativas aos diferentes diplomas regulamentares, destinadas a diferentes públicos-alvo, designadamente a produtores/embaladores de produtos e intervenientes do fluxo específico de embalagens e resíduos de embalagens:

- 2 sessões de esclarecimento sobre a implementação da Diretiva SUP (Diretiva (UE) 2019/904), referente aos plásticos de utilização única, incluindo embalagens;
- 12 sessões de esclarecimento sobre o registo de produtores/embaladores de produtos, no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb), no âmbito das embalagens, com mais de 1200 participantes envolvidos;
- 1 sessão de esclarecimento sobre as principais alterações ao UNILEX no âmbito das embalagens.

Em cumprimento do estabelecido nas respetivas licenças e legislação em vigor, as entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos devem – de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos pela APA, I.P. e DGAE – promover ações e/ou projetos de Sensibilização, Comunicação e Educação (S,C&E) e de Investigação e Desenvolvimento (I&D) destinadas a distintos intervenientes que contribuam, entre outros objetivos, para informar/educar sobre práticas de consumo sustentável, materiais que constituem cada um dos fluxos de resíduos, e o impacto dos mesmos no ambiente e na saúde humana. Neste âmbito, podemos evidenciar diversas ações promovidas no decorrer do ano 2024 pela Sociedade Ponto Verde, pela Novo Verde e pela Eletrão, enquanto entidades gestoras do sistema integrado de resíduos de embalagens (SIGRE), das quais se destacam:

- Ações destinadas à comunidade escolar:

o Academia Ponto Verde

Plataforma online para dinamização e desenvolvimento de iniciativas de promoção da reciclagem de embalagens e implementação de ações, nas escolas e na comunidade, num compromisso de proteção do ambiente. Em 2024, abrangeu 200 escolas de norte a sul do país, impactando 7 481 alunos e mais de 400 professores e funcionários. De 2023 para 2024, o número de escolas abrangidas passou de 80 para 200 e o número de alunos impactados teve um incremento de 61,3%.

o Academia Ponto Verde nas praias 2024

Atividade pedagógica realizada nas praias, em formato de jogo de tabuleiro em tamanho gigante, que se destina sobretudo a grupos de estudantes integrados em colónias de férias após o término do ano letivo, com o objetivo de ajudar a esclarecer dúvidas e ensinar boas práticas sobre a separação de resíduos, incluindo a colocação correta de embalagens nos ecopontos e a temática da reciclagem. É realizada entre 24 de junho e 29 de julho de 2024,

em 25 praias na zona costeira, praias fluviais e piscinas, de norte a sul do país. Foram impactadas mais de 3 400 crianças entre 1 e 15 anos, registando-se um aumento de 47%, face a 2023.

o **Escola Electrão**

Campanha desenvolvida nas escolas para sensibilização para a separação de embalagens e que inclui, por exemplo, a disponibilização do livro “Electrão, conheço bem muito obrigado!” e o desafio “Repórter Electrão” para desenvolvimento de trabalhos nas escolas sobre reciclagem de embalagens. Nos últimos anos, foi desenvolvida em parceria com a campanha “Ecovalor” da EGF para recolha de embalagens nas escolas.

o **Ação “TransforMAR”**

Foram desenvolvidas 18 ações de sensibilização em praia para a comunidade escolar, visando a sensibilização, comunicação e educação para a correta separação e encaminhamento de embalagens de plástico para reciclagem, e sobre o impacto dos plásticos no ecossistema marinho.

o **Electrão Open Day**

Visita ao Centro de Triagem e de Tratamento Mecânico e Biológico da Braval, com a escola EB 2,3 de Póvoa do Lanhoso; visita à Resialentejo, com a Escola Básica de Amareleja; visita à Central de Triagem da Valorsul, com a Escola Secundária D. Dinis.

o **Ativações Electrão:**

Realização de dinâmicas, onde se incluem jogos e desafios, sobre a correta separação de embalagens, em diversos eventos, como a participação no evento “Há Festa no Parque” (município de Mafra), Festival Regenerar na Escola Aprendizizes, ação do Dia do Ambiente na Novadelta, em Campo Maior, com a participação de crianças do Centro Educativo, e apresentação do livro “Electrão, Conheço bem muito obrigado!” em workshops do IKEA.

o **Movimento Faz pelo Planeta**

Movimento para identificar e apoiar projetos que promovam a educação ambiental para consumo sustentável, a correta separação e deposição de embalagens de plástico, mas também projetos de limpeza de resíduos de embalagens com o intuito de proteger os ecossistemas marinhos e projetos de reciclagem dos resíduos de embalagens de plástico recolhidos.

o **Exposição “Plástico: Reconstruir o Nosso Mundo”**

Em 2023, a Novo Verde apoiou a exposição “Plástico: Reconstruir o Nosso Mundo” no Maat, tendo efetuado visitas guiadas.

o **Geração Verdão**

Programa de sensibilização e educação ambiental que visa contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de reciclagem em Portugal, através da formação e educação das crianças em contexto escolar.

o **BootCamp MAAT**

Em parceria com a Fundação EDP, a Novo Verde patrocinou o Bootcamp HORECA + Sustentável. A ação consistiu na identificação do melhor projeto que desse resposta aos desafios que, hoje em dia, o canal HORECA encontra na gestão de resíduos, como parte integrante de um projeto de sustentabilidade.

o **SintrAmbiente**

Feira do Ambiente e Sustentabilidade na Quinta da Ribafria, com a participação de entidades gestoras, consistindo em ações de sensibilização em eventos de grande afluência como forma

de dar a conhecer e incentivar comportamentos mais sustentáveis, nomeadamente a correta deposição de resíduos de embalagens.

- Ações destinadas a todos os cidadãos:

- o **Há Festa no Parque**

Evento da Câmara Municipal de Mafra que celebra o Dia Mundial da Criança, contou com a presença de diversas entidades gestoras, proporcionando momentos lúdicos de diversão e aprendizagem para as crianças e famílias, sensibilizando-as para diversos temas relacionados com a proteção ambiental.

- o **A App “Acerta e Recicla”**

Aplicação online composta por vários jogos e quizzes sobre o tema da reciclagem de embalagens, visando ser uma plataforma de partilha de práticas que incentivam os portugueses a reciclar mais e melhor as embalagens do dia a dia. Em 2024, esta App teve duas campanhas ativas: a 1.ª focada no Rock in Rio, em maio, e a 2ª na época de Natal, em dezembro. Entre as duas campanhas, contou-se um total de 82 166 pessoas a jogar, em 2024.

- o **Revista Recicla**

Em 2024, a revista online Recicla teve mais de 640 mil utilizadores no website. Foram publicados 194 artigos dos quais 10 foram reportagens em vídeo publicados também no Youtube da SPV.

- o **TransforMAR**

Promoção do programa TransforMAR com o objetivo de identificar e apoiar iniciativas na área da proteção e limpeza dos oceanos, transformação e reciclagem de resíduos e sensibilização e educação ambiental. Foram ainda realizadas 10 ações de sensibilização para a separação de embalagens, em praia, para toda a comunidade.

- o **Electrão Open Day**

Visita à Valorsul com a equipa de sustentabilidade do Teatro D. Maria II e a DLA Pipper; visita à Ecoiberia com os big changers do Movimento Faz pelo Planeta.

- o **Ação “Faz pelo Planeta”**

Promoção de ação de limpeza de praia com os big changers, em Leiria, com a Brigada do Mar.

- o **Sistema de Incentivo e Depósito**

Sensibilização e incentivo à correta separação e deposição de embalagens de plástico, com 3 máquinas em funcionamento nas lojas Lidl do concelho de Mafra.

- o **Electrão Tailormade:**

Instalação de Ecobolas com ecopontos, construídos com embalagens de plástico reciclado, para sensibilização e correta separação dos resíduos. Realização de campanhas digitais (ex. campanha IKEA), para promover a sensibilização para a correta separação de embalagens e para a gestão responsável de resíduos.

- o **Onde reciclar.pt:**

Jogo online interativo sobre reciclagem, incluindo de embalagens de plástico.

- o **Campanhas Publicitárias Electrão:**

Campanha digital sobre onde reciclar vários tipos de embalagens de plástico e sobre os mitos associados a este material.

- o **SIGR Electrão:**

Campanha e ações sobre reciclagem de embalagens, incluindo embalagens de plástico, no contexto da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos 2024.

o **“Reciclar é a Nossa Praia, International Coastal Cleanup Day”:**

Campanha retomada pela Novo Verde, pelo 4.º ano consecutivo, em parceria com a Sailors For The Sea Portugal, que se realizou em 9 concelhos de norte a sul do país, durante uma semana. A iniciativa pretendeu sensibilizar comunidades locais para o impacto do seu comportamento nos mares e oceanos, incentivando simultaneamente ao não abandono de resíduos nas suas praias.

o **Festivais de Verão: Festival MED, Porto Primavera Sound e Vodafone Paredes de Coura:**

Com o intuito de sensibilizar o público-alvo destes festivais, a Novo Verde esteve presente com o objetivo de alertar para a importância do correto descarte e encaminhamento do resíduo de embalagem produzido neste tipo de eventos.

o **Programa “Querido Mudei a Casa” na TVI:**

A Novo Verde juntou-se ao programa de televisão “Querido Mudei a Casa” para esclarecer a população para a separação e correto encaminhamento de resíduos e sensibilizar os telespectadores para a adoção de boas práticas ambientais.

o **Ação Vital Sport:**

Evento que visa chamar a atenção para os benefícios da atividade física e do desporto, e torná-los acessíveis ao maior número de pessoas, a Novo Verde, em parceria com a Decathlon, levou a cabo ações de sensibilização e consciencialização sobre a correta separação e encaminhamento de resíduos de embalagens.

o **Ação “SUP Time”**

Ação de colaboração entre a Novo Verde e o Recheio Cash & Carry, para dar a conhecer ao público-alvo, de forma apelativa, clara e acessível, várias medidas da Diretiva SUP, de Plásticos de Utilização Única.

o **Ação “Cai Sempre Bem”**

Campanha da Novo Verde em parceria com as lojas Amanhecer, visando a sensibilização para a correta reciclagem de embalagens, reforçando a importância do consumidor no ato da deposição das mesmas nos ecopontos.

o **Parceria Belenenses**

Patrocínio da Novo Verde ao Clube de Futebol Os Belenenses, visando promover, por esta via, a mensagem da importância da separação e correto encaminhamento dos resíduos de embalagens.

o **ODE for a State of Good**

Evento de parceria LG, Novo Verde, ERP, onde foram desenvolvidas ações de sensibilização para a importância do correto descarte e separação de embalagens à população e comunidade local de uma forma didática. Para além disso, com a economia circular como um dos pilares do evento, foram promovidas ações importantes, como a REICL’ARTE, que consiste na criação de obras de arte utilizando embalagens recicladas e respetiva premiação.

o **Cidade do Zero**

Evento de parceria entre a entidade gestora Novo Verde e o Pingo Doce, com o objetivo de sensibilizar os cidadãos sobre as melhores práticas relacionadas com a sustentabilidade ambiental, nomeadamente o correto encaminhamento dos resíduos.

- Ações destinadas à indústria, comércio, serviços, academia e outras entidades de desenvolvimento tecnológico:

- o **Electrão Open Day**

Visita à Maltha e Verallia com colaboradores do Electrão e outros convidados do sector; visita à Tratalixo com aderentes do Electrão.

- o **Ações "Onde Estiver, Recicle Sempre"**

Sensibilização para a separação de resíduos de embalagem, direccionada aos colaboradores das empresas clientes da SPV, bem como ao nível da Academia (universo estudantil), através de protocolos celebrados com universidades. Em 2024, foram realizadas 61 ações em clientes da SPV e 20 ações noutros parceiros, como as universidades, totalizando 81 ações e 6 436 pessoas impactadas.

- o **Movimento "Faz pelo Planeta"**

Em 2024, esta campanha abrangeu também as empresas que se destacam pelas suas práticas ambientais, nomeadamente em termos de programas de gestão de resíduos e sensibilização dos colaboradores para o correto encaminhamento dos diferentes tipos de resíduos – incluindo embalagens – para reciclagem.

- o **Webinar "Boas Práticas Rumo à Circularidade"**

Ação de I&D "Negócios com Mais Valor, realizada no âmbito do Pacto Português para os Plásticos, e visando o desenvolvimento da rede de recolha própria.

- o **XIV Encontro Nacional de Gestão de Resíduos – APEMETA**

Ações de sensibilização diversas, realizadas no âmbito do evento, dando a conhecer e incentivando comportamentos mais sustentáveis, nomeadamente a correta deposição de resíduos de embalagens.

- o **Separação de Embalagens da Limpeza Urbana**

Ações de Formação da Electrão, destinadas às autarquias locais para sensibilização do potencial de valorização de embalagens na Limpeza Urbana, com apresentação dos resultados do projeto e Sessões de apresentação dos resultados do piloto à Câmara Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesia, Lisboa eNOVA e SGR.

- o **Ação de I&D: Observatório dos Plásticos:**

Esta iniciativa setorial, conta com a APIP como parceiro, e pretende desenvolver um inquérito anual à indústria de reciclagem e transformadora de plásticos, permitindo ser um contributo claro e objetivo para a obtenção de dados fidedignos sobre as quantidades de resíduos processados e reciclados produzidos, por polímero, bem como sobre a sua incorporação em novos produtos, entre outra informação relevante (ex: níveis de reciclabilidade).

- Outro tipo de ações:

- o **Pacto Português para o Plástico:**

Iniciativa coordenada pela Associação Smart Waste, com a participação de entidades parceiras envolvidas na cadeia de valor dos plásticos nacional, aos diversos níveis. O Pacto Português para os Plásticos propõe-se atingir Metas ambiciosas até 2025. Foram realizadas inúmeras reuniões de Grupos de Trabalho (GT): GT da Reciclagem e 100% Reciclável; GT Materiais Alternativos e ACV; GT Novos Modelos de Negócio; e GT Papel.

- o **Better Plastics:**

O projeto 'Better Plastics: Plastics in a Circular Economy', constitui-se como um projeto estratégico do Sector dos Plásticos em Portugal, alavancando a transição do setor rumo a

uma economia mais circular e neutra em carbono. Surgindo de uma iniciativa da APIP – Associação Portuguesa da Indústria dos Plásticos, permite mobilizar o sector privado juntamente com as autoridades nacionais, as universidades e os cidadãos, contribuindo para atingir os objetivos europeus em matéria de Economia Circular, redução das emissões de gases com efeito estufa, maior eficiência de recursos e criação de emprego.

3. % de orientações da “Ação 4 – Alimentar sem sobrar” do PAEC 2017-2020 concretizadas

No horizonte Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal 2017-2020, foram concretizadas 6 das 7 orientações (86%) respeitantes à “Ação 4 - Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável”, conforme representado na tabela seguinte. A orientação que não foi executada na vigência do PAEC, assinalada com “☹”, foi considerada no novo PAEC 2030, conforme referido anteriormente:

Área de atuação	Orientação (descrição)	Execução
ENCDA E PACDA	Apoiar as ações no âmbito da estratégia e plano de ação de combate ao desperdício alimentar, nas suas múltiplas vertentes, sendo reforçadas nos pontos subsequentes as medidas junto do consumidor e do produtor, nomeadamente as ferramentas de prevenção e comunicação (e.g., plataforma eletrónica para gestão interativa de bens alimentares com risco de desperdício, redes locais de produção distribuição-consumo) e medidas de redução de desperdício transversais à cadeia de valor.	☺
Consumidor	Propor campanhas de informação sobre o significado dos rótulos de validade.	☺
Consumidor	Apoiar o desenvolvimento ou teste de soluções orientadas para a redução de desperdício alimentar em zonas urbanas.	☺
Consumidor	Propor zonas ou incentivos «zero desperdício» no retalho.	☺
Consumidor	Garantir a articulação de medidas com outras estratégias concorrentes para o objetivo, como seja a EI para a Promoção da Alimentação Saudável.	☺
Resíduos, subprodutos e matérias-primas secundárias	Análise de barreiras legais relativas ao uso de subprodutos da cadeia de valor para uso em cascata, reutilização ou upcycling.	☺
Resíduos, subprodutos e matérias-primas secundárias	Revisão da legislação associada à doação de bens alimentares em articulação com as orientações europeias — C(2017) 6872 final.	☹

Fonte: Adaptado de Balanço das Atividades do PAEC e dos Resultados Alcançados entre 2018 e 2020, v2

4. Resíduos de Embalagens Gerados por Material

O universo de resíduos de embalagens gerados inclui os resíduos provenientes do fluxo urbano da esfera de competência dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), i.e., resíduos de produtores com produção igual ou inferior a 1100 litros/dia de resíduos urbanos, os resíduos de embalagens de produtores com produção superior a 1100 litros/dia, e os resíduos de embalagens de produtos industriais.

Considera-se, ainda, que a quantidade de resíduo de embalagens gerado é equivalente à quantidade colocada no mercado, sendo estes valores a base do reporte à Comissão Europeia.

A gestão do fluxo urbano da responsabilidade dos SGRU é assegurada por recolha seletiva (ecopontos, ecocentros ou porta-a-porta) e pela triagem dos resíduos de embalagens que se retiram dos resíduos da recolha indiferenciada em infraestruturas existentes nos SGRU. Relativamente aos restantes resíduos de embalagens, a responsabilidade de encaminhamento para reciclagem recai sobre os produtores dos resíduos, por via da contratação de operadores de gestão de resíduos licenciados para o efeito.

Resíduos de Embalagens Produzidos (x mil toneladas)*													
Material	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Vidro	374,4	362,3	363,0	363,8	364,4	371,6	379,1	389,5	390,6	400,2	417,6	441,4	432,8
Plástico	355,8	350,3	357,2	359,8	369,8	378,5	400,2	414,5	417,0	414,9	428,1	451,9	437,6
Papel/Cartão	687,3	646,7	700,9	712,6	700,0	750,7	763,2	803,8	793,2	812,0	826,6	876,5	891,8
Metal	93,0	88,5	88,3	87,5	88,6	87,1	89,2	86,2	86,9	90,7	87,0	90,0	86,0
Madeira	110,3	80,3	49,8	51,6	62,6	66,2	78,3	90,0	83,8	76,6	69,9	102,7	95,7
Total (t)	1 620,7	1 528,2	1 559,2	1 575,3	1 585,4	1 654,0	1 709,9	1 783,9	1 771,5	1 794,4	1 829,2	1 962,5	1 944,0

*Valores reportados à Comissão Europeia

Nota: A partir de 2020, a quantidade de embalagens ECAL, até então alocada 100% a papel/cartão, passou a ser alocada a cartão (75%), plástico (20%), e alumínio (5%).

5. Geração de Resíduos de embalagem *per capita*

Ao longo dos anos, tem-se verificado um aumento consistente da quantidade de resíduos de embalagens gerados por habitante. Cada cidadão residente em Portugal gerou 182,7 quilos de resíduos de embalagens, em média, em 2022. A quantidade de resíduos de embalagens gerados por habitante aumentou cerca de 16,0% (+29,2 quilos por pessoa) entre 2011 e 2023.

Resíduos de Embalagens Produzidos <i>per capita</i> (kg)*													
Material	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Vidro	35,5	34,5	34,8	35,0	35,1	35,9	36,7	37,7	37,6	38,5	40,1	42,0	40,7
Plástico	33,7	33,3	34,2	34,6	35,7	36,6	38,7	40,1	40,2	39,9	41,1	43,0	41,1

Papel/Cartão	65,1	61,6	67,1	68,6	67,5	72,6	73,8	77,8	76,5	78,1	79,3	83,3	83,8
Metal	8,8	8,4	8,5	8,4	8,5	8,4	8,6	8,3	8,4	8,7	8,3	8,6	8,1
Madeira	10,4	7,6	4,8	5,0	6,0	6,4	7,6	8,7	8,1	7,4	6,7	9,8	9,0
Total (t)	153,5	145,5	149,3	151,5	152,9	159,9	165,4	172,6	170,7	172,6	175,5	186,6	182,7

*Valores reportados à Comissão Europeia

Nota: Dados de População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Idade; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente (<https://www.ine.pt>)

6. Taxa de Reciclagem de Embalagens

Em 2023, as taxas de reciclagem de embalagens de papel e cartão (62,8%), plástico (39,5%), metal (50,2%) e madeira (94,1%) ultrapassaram as metas de 60%, 22,5%, 50% e 15%, respetivamente. Verifica-se, ainda, que a taxa de reciclagem de embalagens de vidro (55,9%) não atingiu, em 2023, a meta fixada pela Comissão Europeia (60%).

	Taxa de Reciclagem (%)*												
Material	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Vidro	59,7	59,6	55,7	56,4	55,2	58,5	49,0	51,3	56,1	52,5	54,7	56,9	55,9
Plástico	26,2	30,4	35,3	40,0	43,0	41,8	34,9	33,9	35,6	34,0	38,1	37,3	39,5
Papel/Cartão	71,3	66,1	73,4	69,1	62,2	70,1	66,9	66,8	71,0	66,0	66,6	64,4	62,8
Metal	71,0	72,3	75,7	58,3	63,6	42,9	43,6	42,5	45,8	46,9	54,5	52,1	50,2
metal ferroso										64,6	73,5	72,1	73,0
alumínio										15,6	21,3	20,4	20,0
Madeira	49,8	69,7	98,5	131,5	86,5	103,4	89,9	76,5	91,1	91,0	113,4	79,5	94,1
Taxa de Reciclagem (total)	57,2	56,9	61,5	61,0	57,1	60,9	55,3	57,6	62,8	59,8	63,1	61,1	61,8

*Valores reportados à Comissão Europeia

Entidade: APA

Medida 3.2 Identificar sistemas locais de abastecimento e consumo alimentar

Exemplos de boas práticas e de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico (APA)

No âmbito do novo PAEC 2030, que aguarda publicação, está prevista uma ação que visa desenvolver estudos para otimização de cadeias de abastecimento envolvendo o desenho das redes de cadeias de abastecimento em ciclo fechado (logística associada à distribuição de produtos), inteligentes e colaborativas (por exemplo, definição de localização e número de centros de recolha) e proposta de rotas eficientes, que potenciem a reutilização e reparação de produtos, bem como a reciclagem de resíduos.

Destaca-se, ainda, um [programa do Fundo Ambiental](#) com especial relevo, o qual visa apoiar a prossecução da Estratégia Nacional de Educação Ambiental, e que inclui as seguintes áreas chave

gerais de apoio: "reduzir o desperdício de alimentos pelo retalho, pelo consumidor e ao longo das cadeias de produção e abastecimento"; "promover uma alimentação mais sustentável, com enfoque no meio escolar"; e "promover a criação de circuitos curtos agroalimentares".

Exemplos de boas práticas e de projetos de Combate ao Desperdício Alimentar

(GPP)

Refood

A Refood é um movimento eco humanitário, independente e 100% voluntário, que visa capacitar cidadãos nas suas comunidades para transformar seu mundo. Cidadãos voluntários que constroem a ponte humana entre excesso e necessidade, reduzindo o desperdício de alimentos e a fome e promovendo a sensibilização, inclusão e mobilização de todos para aproveitamento de recursos preciosos que existem nas suas comunidades.

A Refood contribui para a mudança de comportamentos na população local, para a inclusão das empresas e instituições, públicas e privadas na comunidade local, e para a alimentação das pessoas carenciadas.

A ideia é muito simples: resgatar alimentos em perigo de ser desperdiçados, alimentar quem precisa e incluir a toda a comunidade nesse processo. Os procedimentos (recolha, composição de refeições e distribuição) são simples, mas dependentes de ação concertada da equipa local. A sua replicação exponencial gera complexidade na gestão central.

A frequência da ação é diária e contínua (embora também possam ocorrer eventos pontuais e periódicos), no resgate de comida em boas condições nos locais de consumo, composição de cabazes e distribuição.

A ação da Refood sendo micro local (bairro, freguesia), mas replicável, conta no momento com 61 núcleos em Portugal: 7 500 voluntários; cerca de 6 800 beneficiários, resgate mensalmente cerca de 150 mil refeições envolvendo cerca de 2 500 parceiros e evitando o desperdício de cerca de 1 000 toneladas de bio resíduos todos os meses.

Pode consultar mais informação em <https://re-food.org>

(Fonte: Refood, junho de 2025).

Fruta Feia

A Fruta Feia é uma cooperativa de consumo sem fins lucrativos que luta contra o desperdício alimentar devido à aparência, comprando aos agricultores da região as frutas e hortícolas rejeitados pela grande distribuição por razões estéticas (cor, calibre e formato). Com esses produtos monta cabazes e vende-os aos consumidores associados em pontos de entrega espalhados pelo país. Arrancou em Novembro de 2013 com 1 ponto de entrega em Lisboa, 10 agricultores e 100 consumidores e evitava o desperdício de 500 Kg por semana. Hoje, volvidos 12 anos conta com 393 produtores locais, 19 espaços ou delegações, cerca de 11 300 consumidores regulares inscritos e já evitou 6991 toneladas de fruto-hortícolas que iriam parar ao lixo! A Fruta Feia visa criar um mercado alternativo para os fruto-hortícolas "feios" capaz de alterar padrões de consumo. Um mercado que gere valor para os agricultores e consumidores e combata tanto o desperdício alimentar como o gasto desnecessário dos recursos utilizados na sua produção (165 hectares de solo valorizado, 7 671 492 m³ água valorizada e 10 022 944 KWh de energia valorizada)

(Fonte: Fruta Feia, maio de 2025).

RNAES

A Rede Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável (RNAES) foi criada em 2023 com o objetivo de promover sinergias entre territórios e atores promovendo uma alimentação mais equilibrada e sustentável. Financiada pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), o consórcio desta iniciativa é composto pelo Food4Sustainability CoLAB (coordenação), Instituto Politécnico de Viseu, Federação Minha Terra, Associação In Loco, CCDRCentro, Associação Jovens Agricultores de Portugal, Biosphere Portugal, Lafobio Lda, Ervital Lda, Egocultum Lda, Renato Rocha Lda e Monte da Provença Lda. Além deste consórcio a rede engloba as 22 parcerias locais distribuídas pelo território nacional, criadas no âmbito do Plano Nacional para Alimentação Equilibrada e Sustentável. Os objetivos desta rede são promover a mudança de comportamentos para uma alimentação saudável e sustentável, estudar e monitorizar os diferentes fatores que influenciam e fomentam uma boa adesão à Dieta Mediterrânica, criar uma estrutura de caracterização dos Sistemas Alimentares Territoriais que apoie à decisão e definição de prioridades de intervenção e promover o trabalho em rede e a articulação institucional das operações do Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável (PNAES), em que a questão do desperdício alimentar também se enquadra.

Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (SAS IPL)

No contexto do projeto PASS IPL, foram realizadas nas 6 unidades alimentares (UA) das diferentes escolas, duas ações de monitorização do desperdício alimentar com o objetivo de quantificar os excedentes de produção (sobras) e os restos provenientes dos pratos dos estudantes. Com o intuito de mitigar o desperdício alimentar, e na ótica do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Nº 2 “Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”, foi estabelecido um protocolo de colaboração com a ReFood para a disponibilização dos excedentes de produção provenientes das cantinas. No sentido de completar o ciclo de vida dos alimentos, foi criado o projeto “SAS IPL a Compostar”, com o objetivo de compostar os resíduos verdes (geralmente húmidos e ricos em Azoto: hortaliças, borra de café, cascas de ovo, pão) e castanhos (geralmente secos e ricos em carbono: cascas de batata, restos de frutos secos, guardanapos) provenientes da UA mencionadas. Ainda com o objetivo de obter indicadores de gestão para a produção dos ciclos de ementas e, conseqüentemente, combater o desperdício alimentar, é efetuada mensalmente a análise das preferências alimentares da comunidade académica do IPL com o intuito da otimização do sistema de produção alimentar. Com o propósito de promover uma alimentação saudável e sustentável e combater o desperdício alimentar, foi criada uma campanha de comunicação sobre as porções e a distribuição de alimentos nas refeições.

Iniciativas identificadas pela DGADR

- Sistemas Alimentares Sustentáveis - SAS

<https://amal.pt/atividades/recursos-endogenos/sistemas-alimentares-sustentaveis>

- Abastecimento de cantinas escolares com produtos biológicos em Barão de São João e Vila do Bispo

<http://escolalivredoalgarve.blogspot.pt>

- Prato Sustentável

<https://www.pratosustentavel.pt/sobre/>

- “Cantinas escolares com sabores do mar” em Esposende

<https://www.municipio.esposende.pt/viver/educacao/noticias/noticia/cantinas-escolares-concorrem-com-sabores-do-mar>

- Projeto Viana Abraça: “Programa municipal de alimentação escolar”

<https://www.smvc.pt/residuos/o-projeto-viana-abraca>

Novos projetos de 2023:

“Da Nossa Terra” – Projeto do Município de Penafiel, com envolvimento Juntas de Freguesia, Cooperativa Agrícola de Penafiel -

<https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/restauracao/penafiel.pdf>

Projeto Cantinas Verdes Viseu Dão e Lafões (PNAES)

https://ecoxi.abaae.pt/our_news/cantinas-verdes-uma-estrategia-intermunicipal-em-viseu-dao-lafoes/

Arouca Agrícola: produzir local consumir local

<https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/restauracao/arouca.pdf>

<https://www.cm-arouca.pt/municipio/areas-de-atuacao/agricultura/arouca-agricola/>

Rede Alimentar de Mértola

<https://www.mertolafuturelab.com/blog/portfolio/rede-alimentar-mertola/>

<https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/restauracao/mertola.pdf>

SMEA- Semear em Montemor Estratégia Alimentar

<https://smea.cm-montemornovo.pt/>

Projeto Revitalgarve – Pela criação de sistemas alimentares sustentáveis

<https://www.revitalgarve.pt/>

Programa de Sustentabilidade na Alimentação Escolar PSAE - Concelho de Torres Vedras

<https://www.cm-tvedras.pt/educacao/saude-e-alimentacao/programa-de-sustentabilidade-na-alimentacao-escolar>

https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/restauracao/torres_vedras.pdf

Programa de valorização dos Produtores e Produtos – Terras do VEZ – Produtos Locais nos refeitórios escolares de Arcos de Valdevez

<https://www.cmav.pt/p/valorizar>

https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/restauracao/arcos_de_valdevez.pdf

Projeto TerraAlimenta - Transição para um Sistema Alimentar Territorializado" Promovido Associação ESDIME

<https://www.esdime.pt/projeto-terraalimenta>

Do ano anterior (2022) já identificados no 1º Relatório de 2022:

[Km0 Alentejo](#)

A iniciativa Km0 Alentejo tem como missão potenciar o consumo de produtos agroalimentares de origem local. O referencial Km0 certifica que os produtos classificados são originários de produção local, de um raio máximo de 50 km do local de consumo ou venda ao consumidor final. O projeto iniciou-se no concelho de Évora.

[Cabaz da Carne da Marinhola DOP](#)

O cabaz da Carne da Marinhola é promovido pela Associação de Criadores da Raça Marinhola, e a sua criação e posterior diversificação permitiu aumentar a venda de cabazes e a área de comercialização desta carne DOP, para os concelhos limítrofes de Aveiro e de Coimbra. Esta iniciativa permitiu aumentar o efetivo pecuário desta raça, aumentar os rendimentos dos produtores e os consumidores usufruírem de uma carne de qualidade a preço justo. [Vídeo](#)

[Cabaz PROVE](#)

O circuito curto cabaz **PROVE**, iniciou-se em 2006, sendo atualmente promovido por 16 Associações de Desenvolvimento Local, abrangendo 12 distritos do território nacional. O cabaz PROVE (hortícolas e frutícolas) é comercializado diretamente pelos produtores que aderem à sua metodologia, organizados em núcleos PROVE e a sua gestão é feita através de uma ferramenta TIC. [Saber mais](#)

[Produtos Locais nos refeitórios escolares de Arcos de Valdevez](#)

Esta iniciativa promove o fornecimento de Carne Cachena da Peneda, certificada com Denominação de Origem Protegida em refeitórios escolares do concelho de Arcos de Valdevez.

[Arouca Agrícola](#)

O projeto Arouca Agrícola é gerido pela Associação Geoparque Arouca e sob o lema “Produzir Local, Consumir Local” o projeto apoia tecnicamente os produtores e o escoamento dos produtos em circuitos curtos – loja Arouca Agrícola, comércio local e [cantinas escolares](#). A componente turística do projeto, o “Menu GeoFood”, promove o consumo de produtos locais nos restaurantes.

[Programa de Sustentabilidade na Alimentação Escolar \(PSAE\) em Torres Vedras](#)

Circuito Curto de fornecimento de refeições escolares no concelho de Torres Vedras, através da elaboração de ementas nutricionalmente equilibradas, da adoção de critérios e exigências ambientais no processo de adjudicação dos produtos, da redução do desperdício alimentar inerente ao serviço de refeições, da promoção e valorização das dinâmicas locais de proximidade que potenciam a economia local e do combate à obesidade infantil com a promoção de hábitos alimentares e estilos de vida mais saudáveis. [Vídeo](#)

[REDE ALIMENTAR DE MÉRTOLA](#)

Rede Alimentar de Mértola é uma estratégia municipal desenvolvida em parceria por vários atores locais que pretende valorizar os produtos e processos de produção local e de capacitação da comunidade para a implementação progressiva de um sistema agroalimentar de base local.

Neste âmbito têm sido desenvolvidas diversas ações, entre elas: “À Noite no Mercado”, “A Origem dos Alimentos”, “A Cozinha da Avó”, “Banca no Mercado”, “Hortas Sintrópicas” nas escolas, Criação de uma bacia de produção local, etc .

[Fornecimento de Hortícolas nos refeitórios escolares da Freguesia de Canaviais, Évora](#)

Este circuito curto promove o fornecimento de hortícolas de produtores locais nos refeitórios escolares da freguesia de Canaviais, apoiando a pequena produção local e aumentar a qualidade da alimentação nas cantinas escolares.

[Abastecimento de hortofrutícolas a cantinas de Évora](#)

Circuito curto que promove o fornecimento de hortícolas, frutícolas e plantas aromáticas de pequenos produtores locais a cantinas de estabelecimentos escolares do concelho de Évora

Programa Municipal de Alimentação Escolar em Viana do Castelo

Circuito Curto que promove o fornecimento de produtos locais e biológicos nas cantinas escolares de Viana do Castelo, utilizando das compras públicas como instrumento para privilegiar a qualidade das refeições escolares e as compras de proximidade.

Quintais nas Praças do Pinhal

Um circuito curto de comercialização dos produtos excedentes da pequena agricultura familiar de 5 concelhos da região do Pinhal Interior através da realização 1 mercado por mês, rotativamente entre os 5 concelhos, e onde só participam os produtores e artesão dessa região.

Cantinas com SAL em Alte

Criação de um sistema alimentar local para fornecimento de produtos à restauração coletiva na freguesia de Alte, concelho de Loulé, no Algarve.

Sistema Alimentar Territorial na Região do Algarve

Criação de um sistema Alimentar Territorial na Região do Algarve, iniciativa que integra um conjunto muito variado de parceiros e projetos na Região do Algarve, nomeadamente o projeto [Sistemas Alimentares Sustentáveis](#), promovido pela AMAL

FoodLink – Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa (AML)

A rede Foodlink é desenvolvida por uma parceria que integra mais 30 parceiros públicos, privados e académicos empenhados na transição do sistema alimentar da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e tem como objetivo garantir que até 2030, 15% do aprovisionamento alimentar da AML seja feito localmente recorrendo a modelos de agricultura mais ecológicos, soluções inovadoras no ordenamento do território, circuitos alimentares de proximidade e promovendo a Dieta Mediterrânica e a literacia alimentar.

